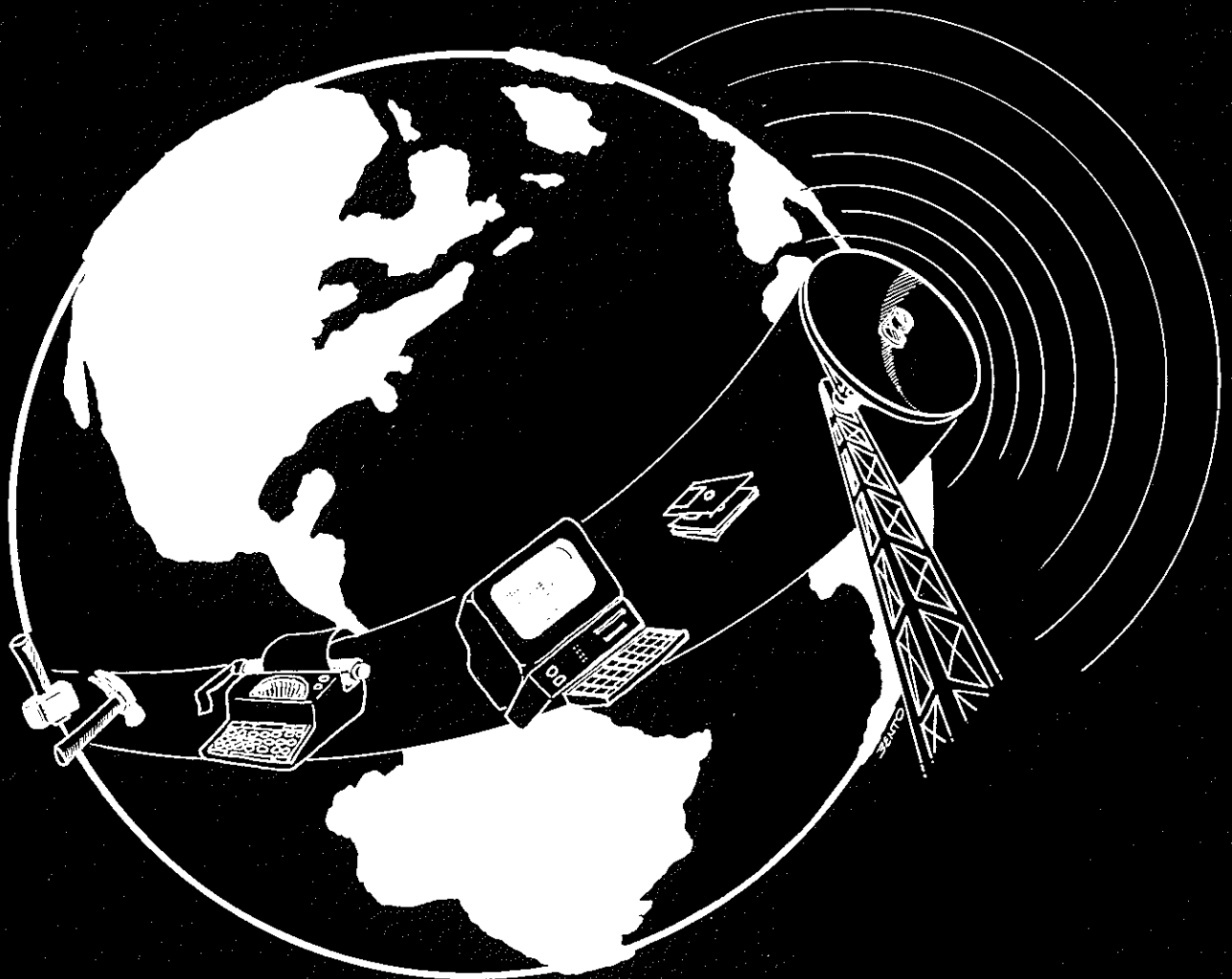


Π'ΟΛΥΤΑ Ρ'ΕΙ..

Revista da Aduel - Sindiprol • Nº 01 • Ano 01 • Edição 1996



AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO SISTEMA CAPITALISTA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
Aduel/Sindiprol	
INTRODUÇÃO	04
José Mário Angeli	
ARTIGOS	
Capital Descontrolado	05
José Martins	
As Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho	08
Ricardo Antunes	
Processo Produtivo, Alienação e Dominação	15
Francisco Miraglia	
As Transformações do Mundo do Trabalho: Revolução Científico-tecnológica e/ou Nova Dominação?	21
Edmundo Fernandes Dias	
COMUNICAÇÕES	
Os Impactos do Neoliberalismo no Discurso das Esquerdas	41
Pedro Roberto Ferreira	
Notas para a Construção de Uma Sociedade Efetivamente Democrática	44
Ricardo de Jesus Silveira	
Neoliberalismo, Modernização Empresarial e Organização Sindical: Dilemas de Fim de Século	47
Ronaldo Baltar	
Os Desafios do Movimento Docente	51
João Batista Martins	
Mudanças na Sociedade Capitalista Estratégias do Sercomtel no Contexto das Mudanças	54
Assad Jannani	

FICHA CATALOGRÁFICA

Catlogação na fonte elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central da **Universidade Estadual de Londrina**

παντα ρει. . Revista da Aduel-Sindiprol / Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina; Sindicato de Professores. -- v.1 (1996). -- Londrina: Ed. Evangélica, 1996.
v.1; 28 cm.

Semestral.

Descrição baseada em: v.1 (jan. 1996).

1. Ciências Sociais - Periódico. 2. Filosofia - Periódico. I. Universidade Estadual de Londrina

CDU 3:1(05)

Capa: José Bento
Composição: Paulo Sergio M. Cesar
Revisão Técnica: Maria de Fátima C. Silveira
Revisão de Texto: Aluysio Favaro
Gráfica: Universigraf

APRESENTAÇÃO

ADUEL	
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	
DIRETORIA	
João Batista Martins	Presidente
Maria Regina Clivate Capelo	Vice-presidente
Evaristo E. Colman Duarte	Secretário-geral
Luiz de Melo Santos	1º Secretário
José Mário Angeli	Tesouraria Geral
Maria das Graças Fernandes	1º Tesoureiro
Paulo Roberto Carvalho	Diretor de Imprensa
Oswaldo F. Ribas L. Brandão	Diretor de Promoção Cultural
Clésia Anna Brandão	Diretor de Promoção Social
CONSELHO FISCAL	
Maria Luiza Macedo Abbud	
João Lima de Carvalho	
William Reis Meirelles	

A Revista $\pi\alpha\nu\tau\alpha\ \rho\epsilon\iota.$ da Aduel e Sindiprol é o projeto editorial da nossa Associação e de nosso Sindicato. O objetivo principal da revista é manter os nossos filiados informados não só sobre as atividades do movimento sindical e docente, mas também sobre questões conjunturais, políticas e ideológicas.

A revista terá um conteúdo mais aprofundado e menos noticioso, trabalhando especialmente com a reprodução de debates, palestras ou contextos políticos produzidos pela direção do movimento seja no âmbito da UEL, da Andes SN e da CUT, à qual somos filiados.

Você poderá estar-se perguntando o porquê $\pi\alpha\nu\tau\alpha\ \rho\epsilon\iota.$

O nome surgiu da filosofia heraclética (540-480 a.C.) que quer dizer *tudo flui*. As constantes transformações são justamente características mais fundamentais da natureza e da cultura. Tudo está em movimento e nada dura para sempre.

Heráclito também nos chama atenção que o mundo está impregnado por constantes opostos. Exatamente aqui está a contradição entre as nossas instituições - ADUEL SINDIPROL - e a necessidade de adequá-las a tempos de hoje.

Poderá ser um convite, um desafio para que elas saiam do imobilismo reinante e tornem-se efetivamente um instrumento de mudança. Mas para isso será preciso entrar no rio heraclítico.

Embora estejamos vivendo um forte momento de refluxo do movimento docente nós não poderíamos assistir a chegada da primavera se nunca houvesse inverno.

$\pi\alpha\nu\tau\alpha\ \rho\epsilon\iota.$ pretende ser uma revista semestral. Ela estará aberta a todos docentes e a comunidade universitária dispostos a contribuir com o movimento docente.

A Diretoria
ADUEL - SINDIPROL

INTRODUÇÃO

Este primeiro número da Revista da Aduel e Sindiprol é o resultado da contribuição de professores ligados a diferentes Instituições de Ensino Superior, em Seminário realizado na Universidade Estadual de Londrina nos dias 5 a 9 de junho de 1995, sobre "As Recentes Transformações do Sistema Capitalista" promovido pela ADUEL (Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina em colaboração com os Departamentos de Ciências Sociais, Filosofia e Psicologia Social).

As singulares reflexões se conectam à temática geral. O conjunto de textos aqui reproduzidos desafiam os leitores pela complexidade de variáveis que são abordadas e pela radicalidade teórica enfrentada.

O professor José Antônio Martins (FGV) analisa a "Globalização Econômica" e ressalta as conseqüências desse processo para a classe trabalhadora. Martins entende a globalização como estratégia do momento do capitalismo para manter uma maior taxa de acumulação.

O professor Ricardo Antunes (UNICAMP) analisa as mudanças no mundo e no sindicalismo. De um lado, ressalta a terceirização, aumento da exploração da mão de obra feminina, implementação de novas tecnologias, incentivo ao trabalho individualista e informatizado, flexibilização, perdas de direitos sociais, desregulamentação das relações de Trabalho, desemprego e aumento do mercado de mão de obra informal. De outro as radicais transformações no Leste Europeu e no território da extinta União Soviética, que marcaram profundamente o panorama mundial no final da última década e na primeira metade desta década. Estes fatores vêm contribuindo para modificar as relações de trabalho, provocando a desagregação dos laços de solidariedade entre os trabalhadores e impondo novos desafios aos sindicatos.

O professor Francisco Miraglia (USP) apresenta a tese que Marx continua oferecendo um arcabouço teórico válido e suficiente de crítica do Capitalismo nesta nova fase de flexibilização do sistema produtivo, contudo a terceirização, reengenharia e qualidade total são "artes manhas" do Capital e que mantêm a alienação e a dominação dos trabalhadores.

O professor Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP) Secretário Geral da Andes- SN, recupera e aprofunda o sentido das transformações do mundo do trabalho. A revolução científico-tecnológica é um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas. Esta "revolução" impõe precisamente a brutal dificuldade das classes subalternas em elaborarem a sua própria identidade.

No encerramento do Seminário realizou-se uma mesa redonda, com a participação dos professores: Pedro Roberto, Ronaldo Baltar, Ricardo de Jesus Silveira, João Batista Martins (UEL) e o diretor Superintendente do Sercomtel (Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina) - Assad Jannani que abordaram os impactos das transformações do mundo capitalista e das relações de trabalho.

Certamente, os docentes e os leitores que tiverem acesso à Revista poderão enriquecer-se com a leitura dos textos nela contidos.

A Aduel agradece gentilmente a colaboração da UEL, do CNPq e da Andes-SN, sem os quais não teria sido realizado o evento.

*Professor José Mário Angeli
Coordenador do Seminário*

CAPITAL DESCONTROLADO

JOSÉ MARTINS*

As velhas instituições como dólar e FMI já não funcionam. O capital quer liberdade total para aprofundar a exploração globalizada e reviver as velhas crises econômicas.

De acordo com projeções do Banco Mundial, nos próximos vinte e cinco anos, as sete maiores economias do mundo serão China, Estados Unidos, Japão, Índia, Indonésia, Alemanha e Coréia. Em seguida virão França, Taiwan, Brasil, Itália, Rússia, Inglaterra e México.

Embora essa classificação se limite ao Produto Interno Bruto (PIB), comércio exterior e outros indicadores de estoques de capitais nas referidas nações, ela indica dificuldades insuperáveis de regulação e controle da ordem capitalista mundial. E mesmo que essas projeções não se confirmem exatamente do jeito que são apresentadas pelo Banco Mundial, as forças atuais da economia já encaminham a distribuição da produção mundial para um quadro parecido.

Até poucos anos atrás, a base de regulação da produção e do comércio mundiais era a divisão do mundo em dois grandes blocos geo-políticos, comandados pelos Estados Unidos e Rússia. O mais importante, no que diz respeito à regulação econômica, é que aqueles dois grandes blocos exprimiam a supremacia de **controles nacionais** sobre os movimentos do mercado capitalista mundial.

As necessidades de reprodução e valorização global do capital estilhaçaram aquela divisão geopolítica. Na superfície do processo, houve um enfraquecimento das fronteiras nacionais enquanto referência genérica da propriedade e dos mecanismos de controle do fluxo de investimentos, de moedas, etc.

Estruturas de regulação supranacionais, como as de **Bretton-Woods** e do **Comecon**, hoje estão de fato quase que completamente desaparecidas. Quanto ao Comecon, que cuidava dos movimentos econômicos do bloco centralizado pela Rússia, já não resta mais nada. Ficou apenas uma difícil e vacilante adaptação das velhas estruturas, politicamente centralizadas, que se aglutinavam naquele bloco, às catastróficas condições de abertura e livre comércio.

Na área regulada pelo Acordo de Bretton-Woods, centralizada na economia americana, ainda resistem pedaços da velha estrutura: FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e, principalmente, o dólar americano como moeda-reserva no mercado mundial. O fato é que, dadas as forças econômicas imperialistas que se concentram neste bloco, é muito difícil também a transição, quer dizer, o abandono puro e simples daqueles velhos instrumentos de regulação do pós-guerra.

Depois do dólar americano do FMI, não se pode imaginar que simples substituições de mecanismos e moedas possam compensar adequadamente aquelas antigas referências. Não se pode imaginar que economias nacionais como Alemanha (e mesmo uma pretensa União Européia) ou Japão, tenham a possibilidade de substituir o caráter nacional americano que ainda impregna as velhas instituições.

O **Grupo dos Sete (G7)**, como ficou conhecido o consórcio das 7 maiores economias subordinadas ao Acordo de Bretton-Woods, - EUA, Alemanha, Japão, França, Itália, Inglaterra e Canadá - foi uma tentativa de se salvar os interesses daquelas potências imperialistas frente ao resto do mundo.

O G7 foi organizado há 20 anos para apagar "incêndios" financeiros e tentar uma nova coordenação da economia mundial. Mas essa tentativa de recauchutagem da nova ordem também

já não surte nenhum efeito. Como afirma Robert Solomon, que foi o principal economista do Federal Reserve (o Banco Central americano) "o G7 é uma relíquia de um mundo dividido entre o Norte rico e o Sul pobre, que está desaparecendo".

Segundo matéria do **The New York Times** de 2 de maio de 1995, o G7 é assim descrito:

"A organização, fundada há 20 anos, parece cada vez menos eficiente, por não refletir as realidades de um mundo no qual as economias emergentes da Ásia e da América Latina estão crescendo quase duas vezes mais que as das nações industrializadas. Há pouco tempo, quando o G7 tentou resolver a crise do peso mexicano, surgiram divergências sobre o pacote proposto pelos EUA com os europeus acusando a Washington de estar tentando induzi-los a salvar os investimentos americanos (...) Enquanto a distância econômica entre as nações do G7 e o resto do mundo diminui, a posição que o grupo escolheu para si, de guardião do sistema econômico internacional, desperta ressentimento crescente e torna-se cada vez mais difícil justificar esse papel (...) O G7 é hoje uma instituição que está chegando ao ocaso"

O G7 era uma grande referência para os planejadores que procuravam, até pouco tempo atrás, traçar cenários para a nova ordem econômica mundial, marcada por um "novo paradigma tecnológico", pela globalização dos mercados e pelo enfraquecimento das Nações. Aqueles tecnocratas imaginavam que a transição - do mesmo modo que a conformação da nova divisão internacional - seria decidida nas reuniões do G7.

Qualquer tecnocrata tem que pensar, por dever de ofício, no controle burocrático dos processos reais. O G7 seria, então, o "agente" ideal para preencher o vácuo deixado pelo defunto Comecon e pelos estilhaçados mecanismos de Bretton-Woods. No meio tempo, seria complementado por novas burocracias encasteladas nos blocos econômicos que apareciam, com grande estardalhaço, como uma grande inovação do capitalismo.

Aqueles cenários tecnocráticos para o ano 2000 estão sendo atropelados pela dura realidade que agora acaba de aposentar o G7 com "relíquia" e que solapa concretamente os blocos econômicos - o Nafta afunda junto com o México; o bloco europeu afunda junto com seu descontrolado sistema

monetário e a catástrofe do Leste; o bloco asiático afunda junto com a anemia japonesa e com o barulho de cachoeira logo ali na explosiva economia chinesa; o Mercosul afunda junto com a aventura de dolarização de Brasil e Argentina, etc.

Em lugar dos pacíficos cenários de uma nova ordem econômica mundial, toma corpo uma descontrolada e catastrófica acumulação do capital sem pátria.

O velho sonho burocrático de um superimperialismo, de um planejamento dos cartéis mundializados e supranacionais, dos chamados blocos de capitais substituindo as corporações nacionais e o velho imperialismo das grandes potências, dos antagonismos entre as nações sendo neutralizados por organismos como G7, por blocos econômicos, etc., começa a ceder a cena para uma era naturalmente descontrolada de livre concorrência, de guerras monetárias e cambiais entre as principais economias, de uma acumulação especulativa e fictícia sem limites, que pode desembocar a qualquer momento em uma pesada paralização da economia mundial.

Em lugar do burocrático e controlado superimperialismo, o que se pode presenciar no mundo real é uma nova repartição geográfica da exploração globalizada. O deslocamento da produção industrial para as economias asiáticas, latino-americanas e do Leste Europeu, não quer dizer que elas serão novas potências econômicas mundiais, como poderia transparecer em uma ingênua leitura das projeções do Banco Mundial para o ano 2020.

Este deslocamento, que já começa acelerar, quer dizer apenas que o desemprego e a miséria vão aumentar no interior das velhas potências econômicas e que a de lapidação das riquezas naturais e da população trabalhadora vai se aprofundar nas economias dominadas.

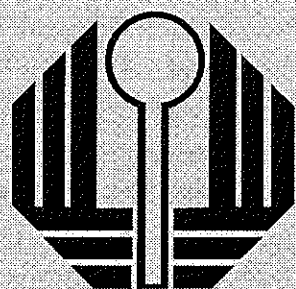
Para que este caminho natural do capitalismo se concretize, vão ser necessárias duas coisas fundamentais: a **primeira**, uma decidida limpeza neoliberal dos velhos mecanismos políticos de regulação dos pós-guerra, que ainda sobrevivem em entraves como o dólar americano e outras tentativas de recauchutagem da velha ordem econômica criada em Bretton-Woods. A consequência imediata é o

ressurgimento da livre concorrência entre gigantescos monopólios internacionalizados e das crises periódicas de superprodução do capital globalizado.

A **segunda** é um aumento das pressões do velho imperialismo econômico, sempre rejuvenescido pelas necessidades de livre desenvolvimento e

superprodução do capital mundial.

* Prof. Dr. da Fundação Getúlio Vargas (SP)



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO

*Ricardo Antunes**

Quero agradecer aos colegas da Associação de Docentes dessa Universidade, às demais instituições e sindicatos que organizaram esse debate e dizer da grande satisfação de poder travar com vocês uma discussão de um tema muito candente, muito pertinente, uma discussão para a qual uma parte importante dos esforços daqueles que estudam o mundo do trabalho e as questões que dizem respeito ao movimento dos trabalhadores devem estar voltadas.

Minha colocação vai no sentido de levantar três questões, três indagações, menos talvez do que respondê-las integralmente, até porque são questões que estão em curso; as respostas mais conclusivas ainda são prematuras. Pretendo indicar algumas direções e tendências. Primeiro: é verdade que a classe operária acabou, tal como afirma André Gorz em seu livro **Adeus ao Proletariado?** A minha primeira indagação então, seria: o que de fato se passou no mundo do trabalho, especialmente naquele mundo do trabalho fabril e industrial. Segundo: como o movimento dos trabalhadores tem reagido a esses impactos, a estas transformações, a estas metamorfoses? Na medida em que elas têm ocorrido com intensidade - e o colega que me antecedeu, Hoyedo, expôs a dimensão dessa intensidade. Como o movimento dos trabalhadores, em especial os seus organismos sindicais têm reagido? Eu quero tentar dar algumas indicações a esse respeito. E numa terceira dimensão: em que medida essas transformações permitem falar no fim da centralidade do trabalho. Tese que como vocês sabem, já é defendida, além do próprio Gorz, por Claus Off, na filosofia por Habermas e por um conjunto amplo de pesquisadores, cientistas e filósofos que têm, de algum modo, pensado a

chamada crise do mundo contemporâneo. Então a minha idéia é dialogar um pouco com estas interpretações e tentar oferecer uma ou outra pista para estas questões.

Eu começo com uma idéia que é o pano de fundo dessas perguntas: os países de capitalismo avançado, com fortes repercussões numa sociedade mundializada, viveram na década de 80 a mais aguda crise do mundo do trabalho. Sabe-se que o movimento operário, desde a sua origem, desde quando o movimento ludista na Inglaterra apareceu, desde a criação das Trade Unions inglesas, desencadeou muitos momentos de crise. Porém penso que a década de 80 foi o momento mais agudo nessa história do mundo do trabalho, porque ela presenciou, de maneira simultânea, uma dupla crise: aquela que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora, trazendo metamorfoses agudas ao processo de trabalho, ao processo de produção do capital, ao processo de produção de mercadorias, e uma outra crise no plano da subjetividade do trabalho, que não desvincula desta primeira, mas por vezes se autonomiza. O fato dessas duas crises terem ocorrido de maneira simultânea, mais ou menos interrelacionadas, fez com que o movimento operário vivenciasse, na década de 80, a sua mais aguda crise, que alterou a forma de ser desta classe trabalhadora e afetou intensamente os seus organismos de representação dos quais a crise dos sindicatos, perceptível hoje em escala mundial e a crise dos partidos, especialmente os partidos de esquerda com vínculos nas classes trabalhadoras, são expressões fortes.

Aprofundemos a discussão na primeira dimensão desta crise. No que diz respeito à materialidade do mundo do trabalho, a década de 80 foi uma década

de grande salto tecnológico que vivenciou uma revolução técnica no interior do capitalismo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, e este enorme salto tecnológico de que a automação, a robótica, a micro-eletrônica são as expressões por excelência, fez com que o modelo de produção que tanto particularizou o capitalismo do século XX, o padrão fordista de produção fabril, a lógica taylorista de organização do trabalho, vivesse um embate, uma vez que deixou de ser única e dominante no processo de trabalho. Houve a emergência de um conjunto expressivo de processos produtivos no interior do capitalismo que de alguma forma mesclam, substituem, alteram esse padrão fundado no binômio fordismo e taylorismo. Se considerarmos por exemplo, a experiência japonesa, o chamado toyotismo, talvez sintetize com mais riqueza este modo alternativo de produção do capital nos nossos dias, explicitando em que medida ele altera, mescla, substitui, transforma esse padrão taylorista e fordista dominante.

Se eu fosse lembrar alguns dos aspectos que marcam o chamado toyotismo, eu diria que nasce do pós-guerra japonês com a necessidade de destruir o sindicalismo de classe japonês, os chamados "expurgos vermelhos" do pós-guerra, instaurando um sistema produtivo que gradativamente se incorpora a uma produção nitidamente sintonizada com uma demanda e com um crescimento calcado neste fluxo, distanciada daquele sistema de produção em série, em larga escala. Diferentemente, tem-se um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que tem a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se tenha um sistema chamado de produção ou de acumulação flexível, que se enquadre nestas alterações cotidianas do mercado. Enfim, um processo produtivo flexível que atenda esta ou aquela demanda com mais rapidez, sem aquela rigidez característica de produção em linha de montagem do tipo fordista.

Esta flexibilização do aparato produtivo então, rompe a relação presente no fordismo, de um homem com uma máquina. Apenas a título de exemplo, no toyotismo a relação é, em média, de um homem com

cinco máquinas. Isso faz com que o trabalho não seja mais típico da linha de montagem fordista, mas um trabalho em equipe, em grupo, um processo que se funda, que se fundamenta no envolvimento da força de trabalho, não mais daquele operário/massa como alguns estudiosos chamaram - o operário da fábrica fordista - mas num trabalhador que segundo a lógica do capital deve se subordinar ao ideário da empresa. É preciso criar no "sindicalismo de empresa" japonesa, que substituiu o sindicalismo de classe do pós-guerra, que eu tenho chamado de um "sindicalismo de envolvimento"; é preciso trazer o trabalhador para o universo da empresa, como se fosse a sua casa. Neste sentido, os Ciclos de Controle de Qualidade (C.C.Q.) que se fundamentam no modelo japonês, passam a ser um traço desta forma de produção de mercadorias, essencialmente destrutiva, mas que está presente no capitalismo dos anos 70, 80. Como se sabe, este modelo que se consolida no Japão a partir desse processo está hoje presente em escala mundial, da Itália aos Estados Unidos, do Japão à América Latina, é um processo em escala mundial, e eu diria, irreversível, na lógica contemporânea do capital.

Este sistema nasce da Toyota, se expande no sistema de auto-peças, pois supõe-se que este processo de flexibilização atinja todo o ramo, e mais, que se espalhe a um conjunto muito maior. Essa dinâmica, entretanto, possui as suas peculiaridades: um CCQ japonês, por exemplo, tem uma particularidade que se origina no processo de relações de classes no Japão, reforçado pelos traços de uma sociedade oriental. No Brasil, essas experiências têm suas diferenças, como mostram as pesquisas sobre o Ciclo de Controle de Qualidade realizadas no país. Porém essa lógica do envolvimento está presente também e os sindicalistas deveriam estar muito atentos a ela. **O sindicalismo japonês não supõe a eliminação do sindicato e sim a conversão do sindicato combativo, autônomo, num sindicato de empresa, da qual aliás, o "sindicato participativo" pode ser o primeiro passo para chegar a um sindicalismo de empresa.**

É então um processo de organização do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada que, em certo sentido, (este envolvimento

do trabalho que eu tenho dito em alguns textos), leva ao "estranhamento" do trabalhador ao limite, à alienação do trabalho ao limite, fazendo com que as respostas ao mundo do trabalho encontrem-se em algumas situações num quadro muito defensivo.

Neste sentido, as idéias do Marx, sobre o despotismo fabril, ou posteriormente, no século XX, sobre o sistema de controle de tempos e movimentos, sobre o taylorismo de controle rígido, sobre a produção controlada, sobre o sistema de mestres, contramestres e feitores, tudo aquilo que marca os escalões hierárquicos da fábrica, é gradativamente substituído por um sistema em que o **trabalhador torna-se déspota de si mesmo**. Ele é o déspota de si mesmo, sem o chicote; ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário. A empresa é vista como a "sua empresa", a produtividade é a produtividade da "sua empresa". Esta é a lógica japonesa ou desse modelo de capitalismo dos nossos dias, que alguns vêem com simpatia. Eu ao contrário, vejo de forma agudamente crítica. Alguns dizem "mas esse modelo japonês diminui aquela separação típica da empresa capitalista do século XX, de trabalho intelectual e trabalho manual, dos que elaboram e dos que executam". Não sei se dá para dizer exatamente isso. "Eliminar" a separação entre trabalho intelectual e o trabalho manual, sob domínio e controle do capital, é uma absoluta falsidade.

Então eu não vejo no toyotismo nenhum remoto traço do "admirável mundo novo", dada essa dimensão que supõe o "envolvimento" dos trabalhadores. Não é preciso dizer que esse sistema de flexibilização do trabalho supõe a flexibilização dos direitos do trabalho. Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalho também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e, se o trabalhador tem direitos "rígidos", essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta esta flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível; se falta um chama-se outro, não importa se ele está em descanso semanal, necessita-se do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do trabalho precário, destas várias formas de trabalho que eu chamo de sub-trabalho, de sub-proletarização dos trabalhadores, assim esse sistema flexibiliza e dá efetividade a um modo de

produção que é essencialmente destrutivo na medida em que o **ideal** é que ele praticamente não tenha mais valor de uso, o ideal é que ele tenha só valor de troca: produz-se um computador monumental hoje e o joga no mercado, amanhã ele já é obsoleto; se é preciso trocar uma peça amanhã, não se troca mais a peça daquele computador, compra-se outro, porque o ritmo do circuito produtivo e da valorização intensificada através da produção de mercadorias faz com que o valor de uso quase desapareça

Eu levei esta idéia ao limite, mais para mostrar que ela é um pouco a lógica desse processo produtivo. Aquela terceirização que se via décadas atrás, do sistema de transporte, do sistema de alimentos dentro da fábrica, restaurantes, hoje atinge praticamente todo o processo fabril; a limpeza, o transporte, etc.; e até, muitas vezes, partes essenciais da fábrica são transferidas para terceiros, diminuindo conseqüentemente o nível de operários no interior da fábrica. Esses terceiros, em geral, não têm sindicatos, não têm direitos, são menos remunerados do que aqueles que eram da fábrica, ou seja, cria-se um processo de enorme fragmentação. Se a classe trabalhadora já é uma classe trabalhadora fragmentada, isto é um desafio para uma proposta anticapitalista que tem que caminhar no sentido de incorporar tantas fragmentações. A década de 80 tem levado essa fragmentação ao limite. Todo esse processo permite dizer que essas transformações, para usar uma expressão que eu já mencionei em outro momento, penetram na medula do operariado industrial fabril. O mundo atual produtivo do capital penetrou naquele operário coletivo, naquele operário-massa, naquele operário de fábricas concentradas e atingiu sua forma de ser. A fragmentação do trabalho é um traço muito forte desse processo.

Esta crise do mundo do trabalho, e eu mencionei aqui o caso japonês, mas poderíamos pensar um pouco mais na experiência do Norte da Itália, na experiência sueca, nas formas alternativas de produção do capital e das mercadorias nos nossos dias, que se deram paralelamente a um conjunto agudo de outras transformações, que também atingiram o núcleo da classe trabalhadora. Bastaria pensar, por exemplo, numa delas, 1989 e o fim do Leste Europeu, que muitos chamam,

equivocadamente, de "fim do socialismo" - e eu provocativamente perguntaria, como é que pode ser o fim de um regime que nunca pôde, de fato, existir? - ele foi incorporado para as massas trabalhadoras como o fim de uma sociedade de novo tipo. Acredito que a repercussão disso para o mundo do trabalho, para o movimento dos trabalhadores é muito grande. O que ficou para os grandes contingentes de trabalhadores, em escala mundial, é que "acabou o socialismo" e que agora é o momento de cuidar da vida cotidiana, dos interesses imediatos, dos interesses corporativos, daquilo que se pode resolver aqui e agora; não se tem que pensar mais no amanhã; então salve-se quem puder. Isto é um pouco o que ficou do Leste Europeu.

Por motivos vários, a esquerda socialista e anticapitalista tem sido incapaz de mostrar que essa tragédia do século XX, da tentativa heróica e trágica de construção do socialismo que não se construiu, não é a derrota do socialismo. Mas o que fica, num primeiro momento, para as grandes massas é essa derrota, e isso tem um efeito muito forte, no universo político-ideológico, na consciência desta classe, é um efeito de retração, de defensividade, de lutar por reivindicações cotidianas e ponto. E isto é fundamental para o capital na medida em que retrai o âmbito de luta para este universo, cola-se no universo de luta meramente imediata e não vislumbra nada além da imediatez. Isto é o mundo que o capital sonha aqui e agora, pois quando cada um cuida da sua dimensão meramente imediata, os interesses **para além do capital** não são aflorados, e não sendo aflorados, o questionamento essencial é mais difícil.

Essa crise atingiu a subjetividade da classe trabalhadora, a sua consciência, consciência desse ser-que-vive-do-trabalho. Isso questionou e atingiu os seus organismos de representação, os sindicatos, os partidos, (embora haja questionamento a isso: por exemplo, na Itália há um movimento extra-sindical ou para-sindical, chamado "comitato di base", do **Cobas**, que questiona os sindicatos tradicionais), mas é possível dizer que há uma repercussão muito forte disso também na luta sindical.

Em razão dessas transformações ocorridas nos anos 70 e 80, penso que o sindicalismo europeu, o sindicalismo dos países capitalistas avançados,

assumiu fundamentalmente três modelos. **O modelo inglês**, que na verdade é a desmontagem da luta sindical, na ofensiva neoliberal de quebrar a espinha dorsal do sindicalismo; o **sindicalismo alemão**, chamado sindicalismo participativo que supõe uma negociação entre Estado, capital e trabalho, e **o modelo japonês**, que resultou desta política inspirada a partir do sindicalismo japonês, um sindicalismo por empresa. Parte importante do sindicalismo ou dos movimentos de trabalhadores (extra-sindicais) da Europa dos anos 60, 70, que questionava o controle social da produção, acabou sendo substituída por um sindicalismo de participação, muito presente no Brasil dos nossos dias, que supõe uma participação, desde que o essencial não seja questionado. Então é possível discutir níveis de desemprego, aumento, diminuição, mudanças tecnológicas, mas não é possível discutir **pontos essenciais: o que produzir, como produzir, para quem.**

Muitos estudos já mostraram que os sindicatos dos países capitalistas avançados têm sido incapazes de resistir a essa onda tecnológica. Não acho que o sindicato deva ficar à margem desse processo, pois ele toca essencialmente aos trabalhadores; esta lógica do capital, esta concorrência entre os blocos, esta lógica destrutiva, é o traço mais essencial do capitalismo dos nossos dias e, na medida em que o sindicato aceita participar deste processo com questões imediatas, mas com a condição de não tocar aquilo que é essencial, ele tem contabilizado perdas muito grandes.

O balanço que é possível fazer da década de 80, do sindicalismo europeu, é que ele saiu derrotado, o sindicalismo de participação não foi uma estratégia eficaz dos sindicatos. Houve um aumento considerável do desemprego, houve a desindustrialização e um conjunto muito importante de países como os Estados Unidos, a França, o Japão, a Itália, a Alemanha, a Holanda, a Suíça e o Reino Unido que tiveram a diminuição das taxas de sindicalização nas últimas décadas, em especial na década de 80. Poucos tiveram aumento, como a Suécia, a Dinamarca e, um pequeno aumento, no Canadá. Houve então a diminuição das taxas de sindicalização, diminuição do número de greves; o sindicalismo optou por uma ação participativa que

tem contabilizado poucas vitórias e muitas derrotas.

O sindicalismo dos países avançados se encontra aturdido, e digo isso porque muitos aqui no Brasil imaginam que o modelo ideal para nós é o modelo alemão, ou o sueco ou o italiano. Eu diria, - devagar com o ardor, é muito mais complicado do que se pensa. Se nos países europeus esse sindicalismo está em crise, será que é possível transplantá-la para cá? Segundo, se a crise do "estado de bem-estar-social" é aguda nos países do centro, será possível que agora, quando ele está sendo questionado no centro, ele seja implementado no terceiro mundo?

Eu acho, então, que são grandes os desafios para o movimento sindical e estão relacionados com esta crise que afetou o mundo do trabalho e afetou a consciência sindical, a consciência política dos trabalhadores. É possível dizer que se vive uma situação muito preocupante. O Leste Europeu desmoronou e com ele "desmoronou o socialismo"; esta é a idéia dominante, veiculada pelo ideário do capital, embora não concorde com ela. Se "desmoronou o socialismo", resta o neoliberalismo nefasto e o *Welfare State* ou a social-democracia, menos nefasta. Qualquer trabalhador, no juízo razoável da sua consciência e com alguns elementos rudimentares de consciência política, entre o neoliberalismo e a social-democracia, optará pela social-democracia. E a esquerda tem sido incapaz de dizer, "olha, esses dois não são os únicos caminhos", até porque esses dois são a forma barbárica e a forma branda e civilizada da gestão do capitalismo. O que há na verdade, é uma **acomodação social-democrática**, "o que é possível fazer é isto, este é o caminho razoável, então vamos negociar porque negociando a gente diminui as perdas e diminuindo as perdas a gente pensa em melhoras" e é esta a alternativa que vai se colocando como possível.

Diante da lacuna de uma alternativa anticapitalista mais instigante, mais ousada, renovada e radical, o caminho para a luta sindical acaba sendo resistir ao neoliberalismo pela via social-democrática. Isto é um atraso no novo **sindicalismo** brasileiro que começou na década de 80. A década de 80 marcou o nascimento da CUT, de um sindicalismo combativo, de um sindicalismo com traços anticapitalistas e um sindicalismo de

confronto. Vejam esta expressão "sindicalismo de confronto", considerada coisa da década passada. Pode ser que a década passada, que hoje é vista por muitos como a década atrasada, seja vista no ano 2000 como "puxa, como aquela foi boa frente ao barbarismo e ao desastre da década de 90 que nós estamos vivenciando!". Enfim, essas mudanças estruturais e subjetivas foram muito fortes e afetaram as classes trabalhadoras de tal modo que é possível dizer que não é nem verdade dizer que o proletariado acabou e nem verdade dizer que nada aconteceu. É visível que há uma desproletarização do trabalho fabril, industrial, daquele operariado estável que tem se reduzido nas últimas décadas. Já foi 40% na década de 40, reduziu-se para 30% em 80 e chegará ao final desse século sendo 25% do conjunto da população ativa nesses países avançados.

Porém, paralelamente a isto, há um processo de subproletarização ou de precarização do trabalho que, ao mesmo tempo que define o operariado estável, aumenta-se essa gama de trabalhos precários, parciais, temporários, que decorrem da flexibilização, da terceirização, criando um processo de uma subproletarização intensificada, que, segundo vários autores, também chega a 40%, às vezes até 50% da força de trabalho de vários países avançados. Com esta desproletarização industrial, há uma terceirização, um assalariamento do setor de serviços, uma subproletarização: há aumento do trabalho feminino (cerca de 40% da força de trabalho em alguns países avançados é composta por mulheres); há redução e exclusão de jovens e velhos, ou seja, há um conjunto de mudanças que afetam a classe trabalhadora. Tudo isso cria uma classe trabalhadora mais fragmentada e o desafio da revolução do trabalho de século XX que está se encerrando, é um desafio mais ousado.

E vou tentar fechar com algumas questões ou indicações nesse campo. Penso que destas transformações que eu mencionei, desproletarização industrial, subproletarização intensificada, terceirização, e assalariamento do setor de serviço, etc., há uma questão importante que é a revolução tecnológica que ao mesmo tempo qualifica e desqualifica. Há ramos produtivos nos quais ela qualifica: se formos a uma siderúrgica e virmos aquele trabalhador que saiu da caldeira e hoje opera

uma máquina e por ela controla todo fluxo, em certo sentido ele se qualificou. Mas há ramos que foram inteiramente eliminados, profissões que simplesmente desapareceram com o avanço tecnológico, trabalhadores que foram brutalmente desqualificados, que estão fora do mercado de trabalho e que fazem parte deste contingente que, hoje, tem como saída o setor de vendas, atividades paralelas, montagem e desmontagem de produtos; toda vez que é vendida alguma coisa ele é chamado em sua casa para ir montá-la, mas está fora do processo produtivo efetivo. Então, este processo tecnológico tanto qualifica como desqualifica. E muitas vezes a qualificação é falsa, dizer que o operário muitas vezes trabalha com três, quatro, cinco máquinas não é sinal de qualificação; a polivalência não é necessariamente qualificação, muitas vezes a polivalência é o uso variado de máquinas. Então esta é uma primeira idéia importante. De modo que é preciso falar com muito cuidado em qualificação no trabalho, porque junto com ela está embutida uma desqualificação, o que cria uma questão muito instigante na qual eu também tenho tentado pensar um pouco.

Há pelo menos na classe trabalhadora, hoje, um contingente mais estável, mais qualificado, que tem um papel mais central no processo de criação do valor, porque se tudo ainda é mercadoria, é sinal que o capitalismo ainda dá o tom em escala ampliada, e, se o capitalismo ainda dá o tom em escala ampliada, resulta que não foram robôs que produziram isso aqui. Há esta fatia mais estável, mas que, ao mesmo tempo que tem um papel mais central no processo de criação do valor, ela é mais envolvida com o universo da empresa; ela é central no processo de criação do valor, mas é mais "integrada" à lógica do capital. Existe, ao mesmo tempo, uma massa enorme de sub-trabalhadores que é muito mais distanciada do processo de criação do valor, porque não é central, porque é terceirizada, porque está nesse mundo intermediário entre a exclusão absoluta e a exclusão parcial, mas que tem uma **potencialidade** transformadora. Eu não estou pensando aqui naquele lumpemproletariado, naquela fatia social que está inteiramente excluída, mas naquela que é parte deste trabalho precário, que, embora não tenha uma centralidade no processo de criação do valor, tem um

papel no processo das rebeliões contra a ordem, que podem ser mobilizadas para um projeto de esquerda anticapitalista. As recentes greves na Europa, as explosões de Los Angeles, a rebelião de Chiapas, são expressões diversas, mas que, em alguma medida, se contrapõem à lógica dominante.

Então, é instigante pensar como é possível uma revolução dos trabalhadores hoje. No plano sindical é um desafio enorme. Uma dimensão essencial da crise sindical é que ela não penetra nesse trabalho da economia informal, nesse subtrabalho, nesse trabalho precário, nesse trabalho terceirizado e hoje ele é parte importante da classe trabalhadora. Então é um desafio e quanto mais o sindicato se afasta destes contingentes, torna-se mais corporativista. Começa então a pensar em câmara setorial para defender o metalúrgico, mesmo que isso implique em diminuição de tributo do capital, que vai resultar em perda de saúde, escola, etc... Isto para dar um exemplo brasileiro; no cenário europeu isso é mais agudo ainda. O fosso entre operários estáveis e instáveis é muito intenso.

Para tentar concluir, então, é equivocado, no meu entender, falar em adeus ao trabalho e em adeus à classe trabalhadora. É fundamental resgatar uma idéia original do Marx, para aqueles que resistem ao capitalismo e têm uma proposta ainda fundada naquela idéia generosa da emancipação e da onilateralidade humana. Uma coisa é o trabalho que cria valores de troca, o trabalho abstrato que tanto irrita, e com razão eu diria, o Robert Kurz nesse ensaio provocativo lançado há pouco tempo na Alemanha e publicado também no Brasil. Agora, há um equívoco em que muitos autores incorrem, inspirados por Off, por Habermas e por Gorz, e que eu penso que é um equívoco grave: a crise da sociedade do trabalho abstrato que cria valores de troca não pode ser entendida como a crise que inviabiliza o trabalho como fonte primeira, ponto de partida de uma sociedade emancipada; ou será que é possível pensar numa sociedade emancipada com trabalho deformado? Portanto, devagar novamente com o ardor. Uma coisa é crise da sociedade, do trabalho abstrato; mas quando se fala na crise da sociedade do trabalho abstrato e não se recupera aquilo que Marx chamava de trabalho como criador de valores de uso, de trabalho como ponto de partida

e não ponto de chegada, mas ponto de partida de uma vida cheia de sentido. Ao contrário, se joga fora elemento essencial para Marx, e aí não restaria outra alternativa senão a defesa romântica da sociedade emancipada no tempo livre, mas opressiva no trabalho.

Acho isso um problema e, até o ponto que consigo entender essa discussão, ela tem sido mal feita. Pelo que eu já sugeri, as metamorfoses ocorridas no trabalho não só não eliminaram o **estranhamento** e, no espírito da formulação do Marx, levaram esse **estranhamento** a uma redução das necessidades, à um estranhamento no processo de produção e na esfera do consumo, que é sondado pela mídia. De modo que, **estranhado** na produção, **estranhado** no consumo, **estranhado** na reprodução e **estranhado** em todas as manifestações da vida cotidiana, não me parece verdadeiro que a sociabilidade do capital tenha eliminado uma luta essencial contra o **estranhamento** central: a "alienação" do trabalho.

Por fim, penso que essa tendência (dada pela intelectualização do trabalho de um lado e pela subproletarização, de outro, mais a redução do tempo físico na produção) não nega a tese marxiana

da lei do valor. Eu me lembro de uma passagem do Marx, que ele dizia: " o trabalho produtivo é aquele que cria valores, não importa se mais com as mãos ou com a cabeça, se como *manager* ou se como um engenheiro, técnico, capataz, ou operário manual direto". O que é central, é mais uma antecipação genial de Marx, no processo de criação de valores, é dado pelo trabalho social combinado, pelo conjunto de trabalhos parciais que operam na criação de valores. Hoje você vê um indivíduo que começa a produzir uma peça no Japão e termina de montá-la na Zona Franca de Manaus. Todos eles estão participando desse processo de criação de valor, de modo que, ao invés de se falar no fim da classe trabalhadora, do fim do valor, do fim do estranhamento, e portanto, do fim da luta pela emancipação humana, uma investigação de inspiração marxiana, renovada e radical, pode mostrar que estas perguntas que tanto instigaram um autor como Marx, ainda podem nos permitir entender este final de século e nos levar ao século XXI.

* Prof. livre docente em Sociologia do Trabalho no IFCH UNICAMP.

PROCESSO PRODUTIVO, ALIENAÇÃO E DOMINAÇÃO

Francisco Miraglia*

Para entender as novas formas de dominação, exploração do trabalho e apropriação das riquezas naturais propostas pelo capital através de transformações no sistema produtivo, é importante ter claro a evolução do modo de produção capitalista. É das crises do capitalismo que surgem estas propostas, para tentar dar sobrevida a um sistema econômico e político que não tem condições de assegurar o bem-estar da população humana no planeta, ao contrário, aprofunda miséria e exclusão social para sobreviver. A luta pela democratização da sociedade, com a abolição da dominação, da heteronomia e da alienação, será obra dos trabalhadores organizados. Para isto é fundamental o trabalho intelectual, como instrumento de análise dos rumos, táticos e estratégicos, de condução desta luta.

O controle do trabalho no início do capitalismo

No capítulo XIII do *Capital* ([KM], ver referências), intitulado "Cooperação", Marx define o início do modo capitalista de produção da forma seguinte:¹

"A produção capitalista começa, portanto, como já vimos, somente quando cada capital individual emprega um número relativamente grande de trabalhadores; de forma que o processo de trabalho seja extenso, gerando uma quantidade relativamente grande de produtos. Um maior número de trabalhadores juntos ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quisermos, no mesmo campo de trabalho), para produzir algum tipo de mercadoria (commodity) sobre as ordens de um capitalista, constitui-se, tanto histórica quanto logicamente, no início do modo de produção capitalista."

Assim, a submissão do trabalho ao capital começa já pelo fato de que o trabalhador passa, com o modo de produção capitalista, a trabalhar para o capitalista e não para si mesmo. Além disso, o processo concreto de produção passa a ser constituído, em nome da eficiência (leia-se diminuição do valor do trabalho e aumento da mais valia e dos lucros), por tarefas repetitivas, feitas por grupos separados de operários, que se consolidam no produto em fases separadas e estanques do processo de produção (como a linha de montagem, por exemplo). Deste modo, surge a divisão do trabalho no processo produtivo e conseqüentemente aparece a necessidade da gerência e do controle do próprio processo de trabalho. No mesmo capítulo XIII do *Capital*, Marx escreve :

"A diretriz, a finalidade do modo de produção capitalista é extrair a maior quantidade possível de mais valia, e conseqüentemente, de explorar o trabalho o máximo possível. Conforme cresce o número de trabalhadores, cresce também a sua resistência à dominação do capital e, com ela, a necessidade do capital de sobrepujar esta resistência com contra medidas. O controle exercido pelo capitalista não é somente uma função especial, devida ao processo de produção em si, mas é ao mesmo tempo uma função da exploração do trabalho social, estando portanto enraizado no inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria prima humana que ele explora."

Como uma proporção cada vez maior dos meios de produção passam a ser propriedade do capital, aumenta a necessidade do capitalista controlar a utilização destes meios de produção. Assim, os trabalhadores são excluídos de qualquer possibilidade de discussão sobre a destinação, organização e planejamento do trabalho. O controle

capitalista do processo de trabalho é despótico, sustentado por uma casta de gerentes e supervisores, que comandam em nome do capitalista.

Esta descrição, ainda que sumária do início do desenvolvimento do modo de produção capitalista já delinea os eixos fundamentais do controle social que deve exercer o capital para continuar a exploração do trabalho: promover a alienação e a heteronomia, para poder exercer a dominação.

A manufatura : o início da produção capitalista

A manufatura, que tem sua gênese no trabalho artesanal, foi a principal forma de produção capitalista entre meados do século 16 e o último terço do século 18. Aparecia nas seguintes formas :

1. Um agregado de trabalhadores de diversas especialidades, sob o comando de um capitalista, para produzir uma mercadoria que exige a cooperação destas várias especialidades;

2. Um capitalista que emprega operários para fazerem em um único produto, que poderá ser comercializado diretamente ao público ou à outra empresa, como parte de uma mercadoria mais complexa.

O processo produtivo da manufatura foi se transformando e o trabalho individual se especializando, de forma que a competência artesanal original foi desaparecendo na medida em que cada trabalhador deixava de fazer todo o trabalho envolvido na produção de cada mercadoria, passando a ser responsável só por algumas ou mesmo uma única operação da linha de produção.

Um exemplo deste fenômeno é a manufatura de louça na Inglaterra. Pratos dos mais variados tipos e usos eram feitos artesanalmente, com motivos e arte produzidos e criados por cada artesão. A manufatura de louça apareceu através do argumento do capitalista de que reunir muitos artesãos debaixo do mesmo teto e com cooperação no uso de instrumentos e máquinas resultava em menores custos para todos. No início, cada artesão era responsável pela sua produção. Com o tempo, o capitalista passou a desejar garantir uniformidade da produção, seja nos motivos de enfeite, seja na cor,

formato, etc. Além disso, introduziu-se a venda de louça por encomenda, onde o comprador desejava que seus pratos tivessem uma arte predeterminada no ato da venda. Assim, foram introduzidas "máscaras" para a pintura da louça e os trabalhadores passaram tão somente a pintar conforme instruções, segundo a "máscara" indicada pelos gerentes de produção. Não demorou muito para que o artesanato de louça praticamente desaparecesse e com ele toda uma categoria de artesãos. Este exemplo mostra bem como o controle do processo de produção passa para o capital, via propriedade dos meios de produção.

No capítulo XIV do *Capital*, podemos ler :

"Para uma compreensão adequada da divisão do trabalho na manufatura, é essencial que os seguintes pontos sejam entendidos com clareza. Primeiro, a decomposição do processo de trabalho em seus vários passos sucessivos coincide aqui com a resolução de um trabalho manual nas suas operações manuais sucessivas. Simples ou complexa, cada operação deve ser feita a mão, dependendo, portanto, da habilidade, força e segurança do trabalhador individual em utilizar seus instrumentos de trabalho. O trabalho manual continua sendo a base..... É exatamente porque o trabalho manual continua sendo o fundamento do processo de produção que cada trabalhador se torna exclusivamente ligado a uma função parcial e que, pelo restante da sua vida, seu trabalho é transformado em um órgão desta função parcial, um mecanismo produtivo cujas partes são seres humanos."

A manufatura, segundo Marx, tem duas formas fundamentais que são de natureza distinta e que têm papéis distintos na transformação da manufatura em indústria moderna, caracterizada pela presença de máquinas no processo produtivo. Esta diversidade de natureza é proveniente do artigo que é produzido, que, ou é resultado da articulação de outros produtos feitos independentemente, ou é construído através de processos e manipulações conexos.

No período da manufatura o uso de máquinas era esporádico, não sendo o fator central de produção. Mesmo assim, durante o século 17, estimulou físicos e matemáticos a estudar a ciência da mecânica, tão importante no desenvolvimento científico e tecnológico futuro. Como identificado corretamente por Adam Smith e frisado por Marx, a característica

essencial deste período foi a divisão do trabalho e as conseqüências sociais, econômicas e políticas que acarretou.

Como o trabalhador coletivo da manufatura tem tarefas simples e complexas e que requerem diferentes níveis de treinamento, o trabalho passa a ter também remuneração diferenciada. A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia entre os trabalhadores, que corresponde a salários diferentes. Além disso, os trabalhadores são desprovidos de qualquer atividade criativa dentro do processo produtivo e congelados em tarefas específicas. Assim, o saber fazer característico do artesanato tende ao desaparecimento. Desenvolve-se uma especialidade, às custas da integralidade da capacidade de trabalho do homem. Concomitantemente, o processo de trabalho deixa de exigir, exceto talvez no nível da gerência, saber e treinamento específico. Juntamente com a hierarquia, a divisão do trabalho industrial produz também a diferenciação entre trabalhadores especializados e não especializados. Para estes últimos o custo de aprender uma profissão desaparece, enquanto que o conhecimento específico importante para o processo produtivo que alguns possuem, fica menor em relação àquele do artesão, devido à simplificação das funções a serem desenvolvidas na indústria. Em ambos os casos o valor do trabalho diminui, acarretando um crescimento direto da mais valia em benefício do capital.

Reflexos políticos e sociais da divisão do trabalho

A influência da mudança no processo produtivo em uma sociedade é estrutural. Assim, a estrutura política e social da sociedade fica marcada pela classe que é hegemônica em um certo período histórico.

A mesma burguesia que louva a divisão do trabalho na fábrica, a retirada de toda inteligência do trabalhador no processo produtivo, transformando-o em peça de uma máquina, a sua completa sujeição ao capital e o despotismo no controle e administração do trabalho, recusa qualquer tipo de controle e regulamentação do processo de produção e das

relações sociais entre capital e trabalho, argumentando a defesa da liberdade e da primazia do direito à propriedade sobre direito a uma vida digna. O capitalista prega, possuindo o controle dos meios de comunicação social, o caos na divisão social da riqueza e do trabalho e o controle férreo e autoritário dos trabalhadores na fábrica.

Esta ideologia, hoje chamada de neoliberal, empregna o tecido social, tentando estabelecer o controle das forças que se opõem à selvageria, que é a receita do capital para a sociedade. Assim, ocupa o espaço político e das idéias, colocando os mecanismos sociais e as instituições políticas e administrativas, em particular o estado, a serviço da reprodução do capital e do lucro. Para isto, se for necessário - e quase sempre este é o caso - deve ser aprofundada a alienação e a exclusão dos trabalhadores do acesso ao exercício da cidadania, ao saber e aos fóruns de decisão dos rumos políticos e econômicos da sociedade. Em particular, educação e saúde públicas não devem nunca ser objeto de desenvolvimento e preocupação do estado, muito ao contrário. Sob o risco de vê-lo desaparecer na fábrica, estende-se o despotismo e o esvaziamento da capacidade intelectual e criativa do ser humano para toda a sociedade. Esta posição da burguesia não é nova, tendo sido comentada por Adam Smith e objeto de debate em todos os países da Europa no século 18.

Muito embora a luta renhida de trabalhadores organizados tenha revertido parcialmente este quadro nos países desenvolvidos, obtendo direitos sociais e regulamentação das relações entre capital e trabalho, a idéia de controle social absoluto da sociedade pelo capital jamais morreu. Volta agora com força renovada. No mundo todo, são os gastos sociais os responsáveis por mais esta crise profunda de acumulação e reprodução do capital, que presenciamos neste fim de século vinte.

Dentro deste processo, surge uma nova proposta de modificação do processo produtivo, aprofundando uma estratégia que surgiu em meados do século 19: a substituição do trabalhador por máquina, juntamente com a desorganização dos trabalhadores, ao mesmo tempo que o capital é administrado de uma forma central e unificada. Para entender a gênese deste processo, vamos utilizar o

capítulo XV do *Capital*.

O papel da máquina no processo produtivo capitalista

No início do capítulo XV do *Capital*, Marx comenta:

"Como todo outro aumento na produtividade do trabalho, máquinas são destinadas a tornar os produtos (commodities) mais baratos, e, encurtando aquela porção do dia de trabalho que o operário trabalha para si mesmo, aumentar aquela que ele dá sem remuneração ao capitalista. Em suma, máquinas são um recurso para produzir mais valia."

Embora a introdução de máquinas operatrizes movidas a vapor (e mais tarde a energia elétrica) tenham causado uma mudança drástica nos processos produtivos (a chamada revolução industrial), aumentando enormemente a quantidade e a diversidade da produção industrial, a relação de alienação e heteronomia dos trabalhadores em relação ao seu trabalho, foi agravada. Além de novas doenças ocupacionais, físicas e mentais, as máquinas foram, nas mãos do capital, um instrumento para aumentar a exploração do trabalho.

Como hoje, o capitalismo produzia e divulgava socialmente a ideologia de que a introdução de máquinas no processo produtivo era um recurso para liberar o trabalhador de permanecer apenas no nível de subsistência, uma possibilidade de aumentar a riqueza a disposição de cada um. A realidade histórica é bem outra. O progresso tecnológico, controlado pelo capital, significou apenas produção maior e mais barata, juntamente com o aumento da parcela de destituídos sociais e de desempregados. Se é verdade que a riqueza no planeta aumentou consideravelmente neste século, é verdade também que nunca tivemos tantos seres humanos em estado de miséria, desnutrição, excluídos de uma vida digna e humana. O processo de globalização do capitalismo tem sido também, o processo de mundialização da miséria.

Terceira revolução industrial, terceirização, reengenharia, qualidade total....

A história e a análise do capitalismo nos mostram que as idéias e métodos apresentados hoje pelo capital como a solução dos **nostros** problemas, são, na realidade, solução para os problemas do capital. Ou seja, métodos para possibilitar a continuidade da acumulação do capital e a exploração do trabalho, transformando-o em mais valia e lucro.

A terceira revolução industrial consiste na utilização intensiva da eletrônica, computadores e robots no processo produtivo. Idealmente, dispensaríamos inteiramente com a mão de obra humana. Evidentemente, isto não é possível e a retórica do capital pinta em cores vivas o Trabalhador Modelo: aquele que possui alta qualificação, aproximando-o dos técnicos especializados e que permite reduzir a divisão do trabalho entre agentes de concepção e de execução. A idéia da Qualidade Total ou da reengenharia, embora aplicando-se a setores industriais diferentes, é a mesma: diminuir a alienação. Ora, sabemos que a alienação e a heteronomia são estruturais do capitalismo. Assim, é preciso desvendar a falácia que está sendo arquitetada contra os trabalhadores.

Podemos perguntar se este processo está em curso em grande escala. Na realidade, constatamos que não, muito pelo contrário. Houve aumento real de qualificação técnico-científica só em uma pequena fração dos trabalhadores. Conforme T. Andreáni e M. Feray em [AF], são exatamente aqueles que devem operar e controlar o funcionamento de instalações extrema ou inteiramente automatizadas em indústrias de processo ou de produção em série. Sua tarefa, muito importante para o funcionamento de toda a produção nestas indústrias, consiste em supervisionar a operação das instalações automáticas, prevenir panes e intervir rapidamente quando estas acontecerem. Além disso, estes novos postos de trabalho representam funções limitadas, freqüentemente aprendidas rapidamente em estágios de formação e desconectadas de um saber teórico mais profundo. O trabalho conceitual permanece a responsabilidade de técnicos de nível superior, engenheiros, físicos, químicos, etc, embora haja alguma polivalência muito restrita. Como aconteceu com a introdução da máquina no século 19, a intensidade de trabalho

aumenta consideravelmente.

A observação cuidadosa do "novo processo produtivo" vai mostrar que o taylorismo, longe de estar morto, aparece com outra cara e mais intensidade. Em [AF] pag. 236, está mencionada a seguinte observação de Hatchuel:

"Em termos da intensificação do controle sobre o sistema de produção, que é a essência do taylorismo, os anos 80 foram anos de intensa formalização e normatização do trabalho, e portanto de intenso taylorismo."

Os trabalhadores que operam e controlam sistemas automáticos estão no núcleo da nova organização do processo produtivo e constituem uma parcela pequena e favorecida pelo patronato. Têm hoje o mesmo lugar - se bem que não as mesmas tarefas - que os chefes e supervisores de produção das fábricas clássicas. E, é claro, pelos mesmos motivos !

A terceirização é um fenômeno mundial e consiste em uma empresa contratar de outra tarefas e serviços que lhe são importantes ou mesmo essenciais. Uma parte ponderável do setor de montagem de automóveis funciona neste sistema. A terceirização é um recurso para isentar a empresa central das responsabilidades trabalhistas e sociais dos empregados da terceirizada. Além disso, na maior parte dos casos os serviços da empresa terceirizada envolvem baixo índice de qualificação e seus produtos são de baixa tecnologia. Os salários e condições de emprego nestas empresas são bem diferentes dos vigentes nas empresas centrais. As condições de vida e trabalho destes trabalhadores são hoje tão ruins como no século 19, como mostra um estudo de Linhart e Wallraff.

Como registram Andreáni e Feray, assistimos, em meio à retórica de progresso, à criação de um sub-proletariado, trabalhando em condições indignas, sem nenhuma garantia social e recebendo salários miseráveis. Na realidade, podemos constatar que a desqualificação, a instabilidade e a super-exploração acompanham de perto a automatização das grandes empresas.

A semelhança entre o que acontece agora e o avanço do capitalismo com a introdução das máquinas na produção, transformando a manufatura, não é coincidência. Mostra a direção estrutural do

progresso sob a égide do capital e da propriedade privada dos meios de produção: o sucateamento da existência humana como contrapartida para a continuidade do sistema capitalista.

Só a luta organizada pode garantir condições dignas de vida e trabalho !

Os ideólogos do capital, ontem e hoje, querem nos fazer crer que não existe possibilidade de progresso fora do capitalismo. Os trabalhadores necessitam ter claro a falácia desta afirmação.

Em primeiro lugar, a propriedade privada dos meios de produção ou da terra, não é condição necessária para produzir riquezas e melhorar as condições de vida de cada um. As repúblicas socialistas do mundo mostraram isto com clareza. Nas que abandonaram o modelo socialista, a população agora percebe com clareza o conto do vigário que foi a estória do "mercado". Cuba continua resistindo bravamente a um criminoso boicote norte-americano e seus indicadores sociais permanecem os melhores de toda a América, incluindo os Estados Unidos.

Em segundo lugar, o saber científico não pode ser propriedade privada de ninguém, uma vez que é produzido no interior de um contexto político e social concreto. Além disso, não é a máquina ou o progresso científico que escraviza, explora, aliena e exclui. É o uso que é feito deles pelo capital. A possibilidade de que o desenvolvimento científico e tecnológico venha a ser instrumento de encaminhamento dos enormes e graves problemas sociais, de saúde e de vida da imensa maioria da população mundial não é um desvario utópico, como quer a burguesia, ciosa de manter privilégios e poder. É a obrigação de solidariedade e de responsabilidade de cada trabalhador para com outro.

Neste Brasil, acometido da neoliberalite de Fernando Henrique Cardoso e do PFL de Marco Maciel, é indispensável reagir energicamente contra a retirada da Constituição de direitos sociais conquistados em árdua luta. Não devemos cair no canto de sereia da "desregulamentação de tudo", especialmente dos direitos trabalhistas e da responsabilidade do estado com os serviços sociais

básicos e essenciais, como saúde e educação.

Devemos enfim, estar atentos a prestar apoio e solidariedade a todos os setores combativos e progressistas da sociedade, na busca de transformar miséria e injustiça em força motriz da construção de uma sociedade efetivamente democrática e fraterna, pondo fim à exploração capitalista do trabalho e à apropriação indébita, pelos capitalistas, das forças criativas do homem e da natureza.

* Prof. Dr. do Departamento de Matemática da USP.

NOTAS

- (1) As citações que aparecem no texto foram traduzidas para o português pelo autor, para conveniência do leitor.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl, **O Capital**. Chicago. Great Books of the Western World, 1952.

ANDREÁNI, Tony; FÉRAY, Marc. **Discours sur l'egalité parmi les hommes**, L' Harmoltan, Paris, 1933.

CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA E/OU NOVA DOMINAÇÃO?

Edmundo Fernandes Dias*¹

Parcelar a um homem, equivale a executá-lo, se merece a pena de morte, ou a assassiná-lo se não a merece. A parcelação do trabalho é o assassinato de um povo.

D. Urquhart, Familiar Words Londres, 1855, p. 119 citado por Karl Marx, *O Capital*, Livro I, p. 296

O fim da sociedade do trabalho e o conseqüente fim da classe trabalhadora estão, cada vez mais, apocalipticamente, anunciados. Essa aparência, pois disso se trata, tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva e de afirmar a permanente e necessária vitória do capitalismo como vontade da história. Isto é, trata-se de uma aparência que atua no sentido de transformar o movimento real em algo invisível, inaudível, logo, em um não-movimento.

A sociedade capitalista vem, ao longo das últimas décadas, atravessando uma série de modificações que tem chamado a atenção de pesquisadores e políticos. Anuncia-se que, ao estarmos vivendo a 3ª revolução industrial, o trabalho, no seu sentido clássico, não tem mais significado. E atribui-se à tecnologia toda essa imensa transformação. Mas, afinal, é a sociedade do trabalho que perece ou se trata de quebrar o trabalhador coletivo e/ou os coletivos de trabalhadores e, com eles, as suas sociabilidades?

Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, exalta-se a possibilidade de um trabalho criador que não requer mais a concentração fabril. Um trabalho

limpo, feito a domicílio, face a face ao computador, a um só tempo, artesanal e de qualidade. O operário fabril seria um dinossauro em extinção. Dinossauro na forma e no conteúdo: a parceria passa a ser a constituidora da "nova" relação Capital-Trabalho. O antagonismo e o egoísmo primitivos são coisas do passado, dizem os neoliberais, se é que eles foram, alguma vez, algo mais que uma ideologia. O "novo" trabalho é apresentado, então, como universalizante e mesmo emancipatório: uma espécie de *putting out* altamente tecnologizado. Desconstrói-se o operário desqualificado, constrói-se o artesão que domine a totalidade do seu ofício. O trabalhador polivalente capaz de decisões criativas no seu cotidiano, não mais o mero repetidor de gestos sem sentido (tipo *Tempos Modernos*). Ou seja, um trabalhador "autônomo", portador de significados. Aqui a ambigüidade é levada ao máximo. Trata-se, é bom que se diga, de uma autonomia "para o Capital" e não para o Trabalho. Este conjunto de afirmações será cientificamente demonstrável ou trata-se, apenas, de mais uma ideologia conservadora?

Diz-se com relativa (ou demasiada?) facilidade que o trabalho, na sua forma clássica, não tem mais sentido para a personalidade do trabalhador. Cabe a pergunta: que sentido este trabalho teve, ou tem, para o trabalhador em uma sociedade classista? poderia ser criativo? Marx demonstrou, ao longo da sua obra², que a forma mercantil funda e generaliza o estranhamento. O fetichismo da mercadoria é a condição básica desse "sentido contra o trabalhador". Pensar o "trabalho com sentido" é pensar a estruturação de uma sociedade não submetida às formas classistas-mercantis. *É negar o trabalho*

consentido.

A grande questão que se coloca, para nós, é a da existência ou não de um saber e de uma técnica neutros, válido para todas as classes. Ele se identifica ou não com as formas dominantes do saber? A ciência é autônoma em relação à política? Por trás desse conjunto de questões está uma outra fundamentalíssima: qual o papel das classes sociais? A pergunta não é retórica: ela nos dá o contorno da questão, e a atualiza³. Se efetivamente as transformações tecnológicas realizam a propalada tarefa, não estaremos retirando, *tanto no discurso quanto na prática*, o papel das classes e deslocando a luta para o campo da racionalidade abstrata? da pura teoria? Não se trata de um substitucionismo histórico cujas conseqüências práticas seriam a eternização da exclusão das classes e dos seus antagonismos? Enfim, não seriam indivíduos atomizados os personagens dessas mutações ao invés dos trabalhadores? Não seriam os cientistas, independentemente da sua filiação a este ou àquele projeto, os elementos decisivos da nova sociedade pós-industrial, pós-moderna, pós-tudo?

Em síntese, ao afirmar o elemento transformador da ciência não estaremos colocando em cena um *novo sujeito da história*?⁴ Não estaremos, perversamente, repondo a relação intelectuais-poder? Perversamente porque ao afirmarmos a neutralidade e a objetividade da ciência conferimos ao(s) poder(es) que a constitue(m) a mesma neutralidade e objetividade. Os que falam em fim da sociedade do trabalho vêm na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como uma correlação ascensional, progressiva, da racionalidade independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo. Afirmar o *leitmotif* das atuais transformações da sociedade capitalista decorrendo de uma revolução técnico-científica é, no fundamental, aceitar a neutralidade da técnica.

Este artigo pretende trabalhar o modo pelo qual se dá o enfrentamento das grandes questões do atual embate hegemônico, do confronto entre racionalidades que definem (ou devem definir) as grandes linhas de intervenção política no real. Assume-se, aqui, é bom deixar absolutamente claro, a perspectiva das classes subalternas. Vale dizer, uma

perspectiva anticapitalista.

Não há como negar, e nem é este o nosso propósito, a imensa potencialidade dos processos produtivos comandados por novas formas de gestão (forma condensada da política das classes dominantes). Formas essas que articulam possibilidades produtivas que parecem possuir uma capacidade infinita de crescer. Podemos, se assim o quisermos, chamar esse processo de 3ª Revolução industrial. O que é inaceitável, do nosso ponto de vista, é introduzir uma forma de determinismo tecnológico, tradução atualizada das vertentes positivistas que aliam liberalismo político, liberalismo econômico e cientificismo. Determinismo esse que também atacou o pensamento socialista, indo do ingênuo "O mundo caminha para o socialismo" até formas mais sofisticadas relembremos aqui as críticas de Gramsci e de Lukács sobre o chamado "Manual Popular de Sociologia" de Bukharin.

Pretendemos demonstrar aqui a hipótese de que, para romper o economicismo, é necessário negar que qualquer modo de produção (capitalismo, feudalismo, socialismo, etc.) possa ser entendido como um sistema de leis econômicas possuidoras de automatismo⁵. Todo bloco histórico se constitui, necessariamente, por rupturas com as formas anteriores e se atualizam permanentemente (cf. as lutas de classe). Assim, tanto as dores do parto do capitalismo (sofridas especialmente pelos seus adversários) quanto o processo de permanente (mas não infindável) crescimento exigem a atualização/transformação das condições histórico-concretas (os diversos modos de produção e suas articulações nas formações sociais sempre originais e atualizáveis, ou seja, a história). É na sua dinâmica, enquanto dominância no interior das formações sociais, que se faz, ao capitalismo, necessário destruir uma racionalidade (a feudal) e impedir uma outra (a socialista).

A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz-se história. Para permitir o famoso avanço da 3ª revolução industrial o capitalismo precisa limitar a possibilidade histórica dos seus antagonistas. E o faz desde a repressão aberta (em especial sobre os países mais periféricos e pobres) até à limitação da própria cidadania capitalista. Vale

dizer: para liberar ao máximo sua capacidade produtiva, o capitalismo tem que negar o direito de cidadania a qualquer forma antagônica. Ele não pode viver com a diferença. O neoliberalismo é, assim, a combinação da contra-revolução com a reforma da gestão e da produção, maximizadas uma e outra, pela desapareição, temporária - é necessário reafirmá-lo - do antagonismo. O elemento heurístico central reside, pois, na constituição das classes sociais. Queremos assim romper com uma visão economicista, sem que para tanto se proponha uma visão voluntarista ou politicista.

O economicismo e as classes subalternas

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade do social como *a única possibilidade*, como *campo* e *naturalidade*, como *horizonte*, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído.

A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de que elas têm que ser resposta a outros - que são dominantes -, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja reduzida à imediatez, à fragmentariedade, à cotidianidade, atuando, fundamentalmente, no limite do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples. Poder-se-ia, obviamente, ser lembrado que isto também ocorre com as classes dominantes, visto estarmos vivendo em uma sociedade marcada pelo fetichismo das formas mercantis. Há, no entanto, uma mediação fundamental: as classes dominantes comandam a

estrutura - contraditória - do processo de produção e reprodução social. A produção-reprodução ampliada das classes subalternas é assim desqualificada, descentrada em relação a si mesma e centrada na racionalidade contraditória do(s) seu(s) antagonista(s). A construção, por elas, em tal situação, do momento ético-político, da hegemonia, é imensamente dificultada.

Para as classes dominantes basta a reprodução, pura e simples, de suas práticas. Por isso mesmo a prática dominante é pensada como instrumentação técnica da sua racionalidade, colocando-se no chamado "campo econômico", como resolução das questões imediatas da produção e da reprodução da materialidade. Aqui nos defrontamos com uma velha história. Quem já se deteve diante das questões da sociologia clássica há de se recordar da pergunta weberiana: por que a racionalidade capitalista só se desenvolveu na Europa? Por que essa racionalidade é um patrimônio do Ocidente? Pergunta tornada atual pelo neoliberalismo. Weber colocava, com todas as letras, a idéia de que a modernidade baseada no mercado e na ética do empresário fundava uma nova forma de sociabilidade. Trabalhava a idéia da mensuração e da qualificação dos atos produtivos como expressão do egoísmo capitalista. O próprio trabalho do economista era nada mais, nada menos, que a racionalização teórica de uma ação real.

Trabalhando a idéia do mercado como espaço conflitivo, de racionalidades e desejos, Weber afirmava, portanto, o suposto da racionalidade técnico-científica como intermediária entre a ação dos indivíduos (atores no mercado) e sociedade (regulação mercantil de conflitos e articulação de valores). Essa racionalidade capitalista, formal, abstrata, se contrapõe a valores coletivos afirmativos de um projeto da sociedade.

Para realizar a construção da sua identidade e produzir a ruptura constituidora de sua identidade e projeto, é necessário que elas se subtraíam aos discursos e práticas dominantes. Essa construção se faz ao mesmo tempo em que se luta contra os discursos/práticas das classes dominantes. Para as classes subalternas é vital construir uma racionalidade nova, distinta da anterior. Esta tem que se colocar como reflexão política fundadora da possibilidade de um novo real, de um novo bloco

histórico. E se apresentar, normalmente, como revolucionária. Realizar isso significa dar passos decisivos em direção à liberdade e autonomia.

No processo dessa construção/invenção é, portanto, necessário e vital, recusar o economicismo que naturaliza e reifica. O economicismo faz do atual, do vigente, uma segunda "natureza", uma pura continuidade, subordina tudo e todos a uma realidade já dada; mais ainda: recusa a possibilidade de intervenção das vontades na história. Ele é, mesmo quando aparece sob outras vestes, a forma mais perversa do positivismo. Foi a partir da ótica economicista presente na quase totalidade do pensamento da III Internacional que se tentou reduzir o marxismo a uma mera teologia e, assim, esterilizar a sua capacidade revolucionária.⁶

Força produtiva e tecnologia não são equivalentes *in genere*. A principal força produtiva é o trabalhador que se realiza nas/com as outras forças produtivas. Já a tecnologia incorpora, no solo da materialidade, o que há de fundamental na política: é a condensação das contradições classistas buscando dar-lhe sentido e direção, ou seja, "solução". Ela implementa o projeto hegemônico na sociedade, como política e não como técnica. O relacionamento trabalhador-tecnologia é, portanto, uma mediação entre poderes em uma dada sociedade.

O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção, que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do "econômico"⁷. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas⁸ às relações de produção, vistas como base e motor da história. Um outro erro dessa visão é a redução das forças produtivas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução cai-se na famosa contradição Trabalho-Capital, tomada, universal e abstratamente. Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: "as forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza". (*sic*)⁹. Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de Triângulo das Bermudas. Este é um dos erros

fundamentais do esquematismo economicista.

Se, contraditoriamente, pensarmos o modo de produção como o rico imbricamento de práticas sociais estruturadas e estruturantes: a condensação dessas contradições; se pensarmos as classes sociais como criadoras e criaturas dessas práticas/estruturas; se, por fim, pensarmos o capitalismo como modo de produção historicamente atualizável no enfrentamento das suas classes e com outros modos de produção, com projetos societários diversos, perceberemos, facilmente, que as relações classistas, contraditórias, impõem práticas diferenciadas a partir das quais é possível entender as contradições como atualizações de racionalidades classistas.¹⁰

Trabalharemos aqui a tese de que o motor dessas transformações se dêve à ação das classes sociais, construtoras de projetos societários. Para que estas ocorram com o propalado impacto, é necessário alterar a institucionalidade que dá sentido e direção às condições de acumulação capitalista. O que está em jogo não é, portanto, simplesmente, uma revolução da informática, da microeletrônica, da robótica, mas o conjunto das transformações políticas que tornam possíveis as novas condições de acumulação capitalista.

No momento atual, mais do que nunca, as classes subalternas devem aprender as lições da história - laboratório da teoria - e recusar a leitura segundo a qual as transformações, ora vividas pelas sociedades, decorram basicamente das grandes transformações tecnológicas. Elas precisam, cada vez mais, elaborar a sua identidade. Descartar o mito da técnica independente, exterior, colocar limites à falsidade do mito da ciência como construtora, necessariamente, da libertação/ emancipação da totalidade do social é, hoje, a tarefa chave.

Institucionalidade capitalista: condição de possibilidade da revolução industrial

Trata-se de uma novidade radical? Obviamente, não. O capitalismo, ao surgir como modo de produção dominante na Europa teve que construir sua racionalidade. É absolutamente cristalino que se ele respeitasse e deixasse de pé os fundamentos da sociedade feudal, teria sido inviável. Ele construiu

não apenas os seus aparelhos materiais de produção mas, também, é, fundamentalmente, as suas premissas ideológico-políticas. Fez terra arrasada da maneira pela qual as sociedades anteriores, e cada um dos seus indivíduos, compreendiam a vida, a história, o mundo.¹¹ Destruiu toda a institucionalidade anterior. Ao nos referirmos à institucionalidade não nos prendemos à forma jurídica, mas ao adensamento da rede de práticas que constituem, a um só tempo, a individualidade e o coletivo. Obviamente a jurisdição específica de cada sociedade faz parte dessa malha mas não é a sua determinante privilegiada. Aqui o fetichismo tem um peso decisivo. Lembremos aqui a caracterização do Iluminismo, feita por Gramsci, como uma "magnífica revolução", como constituidor de uma "internacional espiritual burguesa".¹²

A racionalidade capitalista exigia novas formas de qualificar o anterior. Exemplo típico foi a Lei Le Chapelier, da Revolução Francesa. Baseada no fato de que todos nasciam livres e iguais afirmou-se ser o direito de coalizão uma transgressão. Assim, a um só tempo, jogava na lata do lixo da história as corporações de ofício e, dialeticamente, tratava de impedir a organização sindical dos trabalhadores.

Sem a criação dessa nova institucionalidade o capitalismo não seria possível. Como generalizar o assalariamento se os servos estavam presos à gleba? Como acumular capital se a usura era pecado? Como criar o macro espaço econômico se os feudos impunham limites insuportáveis àquela expansão. Como subordinar tudo e todos ao capital se a idéia do trabalho, como "destino" de todos, não tivesse a força do preconceito popular (Marx, *O Capital*). Foi necessário "libertar" os indivíduos da situação feudal, *conditio sine qua non*, não apenas para a mercantilização da própria força de trabalho mas, também, para a generalização, a universalização, da própria forma mercantil.

A redução à individualidade garante uma hipotética intercambiabilidade. Se todos são iguais, todos valem o mesmo. Essa igualdade (abstrata) entre os homens viabilizava a dominação de uma classe sobre as demais, e o faz transformando o que há de mais particular (o direito à livre exploração) em algo absolutamente "universal": a igualdade jurídica. Este mesmo desafio e esta mesma lição

devem ser, hoje e sempre, absorvidos e praticados por aqueles que se colocam em uma clara perspectiva anticapitalista.

O capitalismo teve que criar novas formas de pensar estruturantes do real, isto é, das práticas das classes. Criou-se não apenas um Estado, mas principalmente um Direito, uma Teoria da Sociedade, da Política, da História, da Economia. Uma Economia que, sintomática e objetivamente, chamava a si mesma... Economia Política. Como condições necessárias para o capitalismo, surgiram a Medicina Social, a Higiene, etc. Prisões e Hospitais passaram a ser necessidades do cotidiano. Essa racionalidade foi além e definiu a própria noção de Corpo, fazendo-o assumir os ritmos e a forma do Capital. Os "corpos dóceis" são o produto, a síntese, do adensamento dessa malha institucional que, a um só tempo, definiu o social e o particular.

Tudo isso foi configurando o que convencionamos chamar de cidadania, base da nova dominação social¹³. Abstrata, genérica, ela buscava, em princípio, incorporar tudo e todos à nova realidade estatal. Era preciso que todos fossem membros deste Estado, como cidadãos, embora sua imensa maioria fosse de súditos, praticamente sem direitos. Durante todo esse processo, a idéia de cidadania burguesa parecia ser mais e mais expansiva. Pretendeu-se, principalmente a partir da extensão do direito de voto, que quase todos os membros da sociedade tivessem formalmente os mesmos direitos.

A concepção de cidadania era então entendida como um conjunto de direitos políticos. Com isso, tudo e todos, apesar das desigualdades, eram submetidos ao Estado. Essas desigualdades nunca foram questionadas. Apesar de a nova ideologia afirmar que todos nasciam iguais perante a lei, levou-se mais de um século para se conceder (ver a obra de Locke) às minorias burguesas o direito à diferença, à não opressão. Só passada a metade do século passado, após longa e dolorosa luta, se estendeu às classes subalternas o direito de voto, estendido às mulheres (mesmo às das classes dominantes) só no nosso século.

O capitalismo necessita do ocultamento da sua dominação. A identificação de todos perante a lei permite "negar" a constituição das classes sociais e

coletivo. À perda (relativa) da sua autonomia, acrescenta-se (ou pode-se acrescentar) uma qualidade nova: ele é a força produtiva por excelência. Atomizado na sua forma anterior, ele se encontra, agora, articulado, no processo do capital, como indivíduo. Essa condição de indivíduo é básica para ocultar a nova atomização. O trabalhador e o capitalista aparecem como indivíduos. É exatamente essa semelhança que permite identificá-los: todos são iguais perante a lei. Se no feudalismo a dominação era aberta e justificada por uma concepção de mundo que tendia a desvalorizar a historicidade humano-social e a projetar o mundo real para um além, sobrenatural, nas formações sociais capitalistas, *a opressão e a exploração se encontram fundidas, sob a aparência da liberdade e igualdade de todos.*

A luta pela democracia e, em particular, pelo direito de voto para as classes subalternas foi, sempre, levada a efeito pelos trabalhadores. Foi no marco dessa institucionalidade (capitalista) que o movimento dos trabalhadores se expressou. Eles lutaram e conquistaram a extensão, ainda que limitada, dos chamados direitos democráticos. A ampliação de sua intervenção, nesse processo estatal, deu-se sempre à custa de um crescente risco de integração aos quadros do discurso e das práticas capitalistas. A implementação do quadro institucional se realizou, não obstante esse combate, na perspectiva do Capital, como construção de diques e barragens à maré social, traduzindo-se sempre na "liberdade" do mercado. A integração das classes subalternas buscou ampliar, e muitas vezes esgarçar, esse tecido institucional extremamente limitado e limitador.

Por isso mesmo, muitas vezes, os trabalhadores, como consequência desta consolidação institucional, consideraram a democracia como "coisa dos burgueses" apesar de suas lutas. Estas, por sólidas que fossem, como diria Marx, pareciam desmanchar-se no ar. Eram reconvertidas no Direito e na cidadania burgueses. Tentou-se incorporar tudo e todos à lógica estatal; contudo, esta não é inquebrantável. Se é verdade que toda estruturação produz necessariamente o(s) seu(s) antagonismo(s), o conjunto das classes subalternas construiu, ao longo do século passado, e de boa parte deste, uma

estratégia de resistência e combate ao capitalismo.

Os direitos sociais e políticos permanecem na sua forma individualizada, em detrimento da socialização política objetiva dos trabalhadores. A idéia de indivíduo, ser atomizado e em permanente contraste com os demais, foi, desde sempre, o modelo (aparência necessária) dessa institucionalidade. A sociedade, pensada como somatório de vontades cívicas, não é, chamada a tomar as mais fundamentais decisões; não indo quase nunca além dos pronunciamentos eleitorais. Tentou-se, permanentemente, restringir tudo e todos à esfera do individual, entendida como esfera do privado. Aqui também se coloca a cisão entre essência e aparência, própria das formas mercantis.¹⁹ O Estado foi sempre privatizado, ou seja, expressa na sua essência o seu caráter privado, de articulador dos interesses de classes sociais²⁰; contudo ele tem necessariamente que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, como se fosse o resumo qualificado do todo social. Tentou-se, ao máximo, restringir as formas associativas das classes subalternas, seja no plano sindical, seja em outros elementos de sua organicidade, pela sua integração e subalternidade à lei do Capital.

No início do século, a experiência americana taylor-fordista a extinção, no território americano, do poder dos sindicatos de ofício. Se na Europa as lutas de classe já tinham "integrado" os trabalhadores, na América, aparentemente "território virgem" em relação àquelas lutas, os sindicatos de ofício ainda controlavam, relativamente, o trabalho. O americanismo (fordismo + taylorismo) veio não apenas para quebrar essa resistência. Veio para ser o laboratório das novas experiências de subordinação do trabalho ao capital. Juntando o velho puritanismo protestante às novas técnicas de gestão, criou-se uma forma superior de *trabalhador para o capital*. Taylor, ex-operário, pensou a eliminação radical dos tempos mortos na produção, as famosas porosidades do sistema produtivo. E o fez, na perspectiva de eliminar a capacidade operária de resistir, de lutar pela autonomia classista.

Ford introduz um maior controle ideológico sobre o Trabalho. Da sexualidade à composição da família, passando pelo patriotismo e a religião, o novo trabalhador passou a ser um mero servidor da

produção capitalista. A família deixou de ser o elemento socializador básico, função que passa à fábrica. Algumas das idéias caras ao neoliberalismo tem aqui sua origem: entre outras, a possibilidade do sindicato-empresa acoplado com a prática da Família Ford. Assim Trabalho e Vida Pessoal se imbricam fortemente tentando engolfar o conjunto da personalidade do trabalhador. A subordinação é, agora, quase total. Introduz-se, neste processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio (o "five dollars day"). *O Taylor-fordismo mais do que um conjunto de técnicas de gestão e de produção, é um modo de vida: o American way of life*²¹. *Mais que propaganda, ele é condição do domínio do capital.* Tenta-se levar o trabalhador ao máximo da desqualificação, fazendo dele o *gorila domesticado* que Taylor desejava. Esse processo, na realidade, traz uma dupla possibilidade: a limitação maior da possibilidade de uma cidadania dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sua total integração à ordem. Trabalho, Pátria e Família são modos dessa integração. Mas, por outro lado, a sua existência como trabalhador coletivo pode propiciar o seu recusar-se ao capitalismo e, daí, a possibilidade da construção de um novo bloco histórico, de um novo padrão societário.

1917: a possibilidade de uma nova ordem

A experiência revolucionária de 1917 representou, para os trabalhadores, em escala planetária, a possibilidade máxima de articulação de resistência e de capacidade de transformação. Para esta análise, não nos importa uma definição extremamente precisa do seu caráter de classe.²² O que importa aqui é o caráter de antagonismo/diferença que ela representou, no conjunto das práticas operárias e de seu imaginário, durante quase todo este século. O terror pânico que ela trouxe para o conjunto das burguesias determinou sua eficácia: ficava claro que o capitalismo não era uma fatalidade que se devia sofrer passivamente.

O contraste dessa referência antagônica, apesar das óbvias limitações democráticas vividas, no período estalinista, atuou, apesar de tudo, como elemento de comparação /organização, permitindo

aos trabalhadores, em escala mundial, dar passos gigantescos na sua luta. O fato de não se ter conseguido construir uma cidadania efetiva, uma socialização real das forças produtivas²³ (sendo o Trabalho a principal dessas forças produtivas), a militarização do trabalho, a coletivização forçada dos camponeses, a criação rápida e forçada de uma nova classe trabalhadora fizeram com que essa experiência fracassasse. Classe trabalhadora que, em grande parte, foi construída de forma similar ao taylor-fordismo.

O economicismo, típico do liberalismo, já tinha sido apropriado negativamente pelo pensamento socialista.²⁴ O pensamento da II e da III Internacionais demonstra isso com absoluta clareza. *Reduziu-se toda a poderosa navalha da crítica marxista da economia e da política a um mero conjunto de banalidades sobre a luta de classes.* A dissolvente análise de Marx foi substituída pela *vulgata* estalinista. O marxismo de *teoria da emancipação* virou *prática de planificação estatal* e assim fez-se refluir o conjunto dos movimentos sindical e popular para o campo econômico-corporativo, abandonando, inteiramente, a perspectiva do momento ético-político, ou seja, do momento de construção de uma nova racionalidade, de uma nova cidadania: a das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a burocracia estalinista tratou de reduzir a história das sociedades à sua história.

A bolchevização forçada dos PCs e sua implementação minoritária no interior das classes trabalhadoras européias acabou por eliminar a possibilidade subversiva da Internacional Comunista, transformada a *posteriori* em apêndice do partido e do Estado russo. As lutas das classes subalternas perderam, em nível internacional, sua força e seu horizonte. *O internacional apagou o nacional.* As conjunturas nacionais foram lidas a partir da ótica russa, como capítulo sem importância da história. Ilustrativo foi a questão do modo de produção asiático. Como o estalinismo, na pele da Internacional, afirmava que a revolução chinesa deveria realizar a etapa democrático-burguesa, era necessário caracterizar a situação chinesa como feudalismo atípico²⁵. O debate sobre o modo de produção asiático foi, assim, simplesmente borrado, arquivado. Poderíamos acrescentar muitas outras

provas de como o nacional era apagado e, ao mesmo tempo, imposto um internacional, abstrato e meta histórico²⁶. O resultado desse abastardamento teórico e prático foi uma uniformização "estratégica" que acabou por pasteurizar/matar as possibilidades revolucionárias em escala mundial. O estalinismo escrevia assim a sua variante da tese do *fim da história*. O socialismo real ficou, lenta, gradual e irrestritamente, refém do economicismo e vítima do voluntarismo politicista.

A crise do capitalismo e as transformações na Ordem do Capital

Paralelamente à experiência socialista, o Capitalismo viveu sua mais importante crise: a dos anos 30. Crise orgânica do Capital, ela viabilizou/tornou necessário um conjunto de medidas de contratendência que tratou de conduzir/reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo. Para fazer face a essa crise, o capitalismo (seus intelectuais orgânicos, seus práticos) construíram uma experiência combinada de keynesianismo e *Welfare State*, "único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos"²⁷. Gestaram-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia. Reconstruir-se o capitalismo como o único horizonte possível era a tarefa; e conseguiu-se, com bastante êxito, fazer as classes trabalhadoras aceitarem esse patamar, esse horizonte histórico.

Ao mesmo tempo, em outros cenários, o capitalismo utilizou, sem nenhum pudor ou constrangimento, o nazi-fascismo como uma das suas formas legítimas de imposição do seu projeto, de sua racionalidade. *O fórceps fascista fez o parto do capitalismo fordista nas velhas economias européias*. Embora isso possa chocar as belas almas, tanto o fascismo quanto a social democracia foram vitais para a reconstrução do capitalismo.²⁸

Passada a época nazi-fascista, a maior parte da Europa viveu uma era de "social-democratização", tornada possível pela mais poderosa intervenção do

capital, até então: o Plano Marshall. Face à alternativa russa, fortíssima no imaginário dos trabalhadores²⁹, os capitalistas de todo o mundo uniram-se. De adversários da véspera a aliados do momento: tudo valia contra o espectro vermelho. Sindicatos e partidos de esquerda (nem todos, é bom que se diga) se associaram ao capitalismo na busca de uma estabilidade que garantisse a "parceria antagônica". Tendo abandonado qualquer pretensão revolucionária, a maioria dos trabalhadores viviam a plenitude de um sindicalismo de resultados, criatura típica da Ordem do Capital.

Emergiu o chamado compromisso fordista: o pacto social em escala internacional. Compromisso que podemos sintetizar, em linhas muito genéricas, da seguinte forma: os capitalistas não se preocupavam com altos salários, desde que, obviamente, as centrais sindicais não tentassem limitar a acumulação e os lucros dos capitalistas. Compromisso que conviveu com o surgimento do desemprego estrutural e a ampliação da precarização do trabalho. Não pode, de forma alguma, ser identificado à política de pleno emprego. Esse compromisso foi uma espécie de reformismo burguês. Cabe aqui lembrar a síntese gramsciana segundo a qual o reformismo é a "política dos bons tempos". Referimo-nos, é claro, ao setor mais organizado das classes trabalhadoras e que estavam ligados ao coração do capitalismo. Esse *gentlemen agreement*, em larga medida exitoso, atuou no sentido da incorporação dos operários, novamente e de forma superior, à racionalidade capitalista.

Economicismo: a miséria crítica

O dogmatismo economicista (seus teóricos e seus práticos) foi capaz de fabricar um regime onde a socialização das forças produtivas foi interdita, onde a democracia socialista não teve vigência. E, assim procedendo, criou-se o campo da barbárie burocrática. Neutralizou-se não apenas a possibilidade da liberdade, mas, e fundamentalmente, se inviabilizou a própria possibilidade de se construírem formas distintas de materialidade e racionalidade. Suprimidas as liberdades e potencializada a ação estatal, o que se

produziu foi uma classe operária sem tradições de luta e administrada pela burocracia. Lenin e Trotsky, entre outros, foram derrotados por Stalin. E com eles, toda a humanidade.

Examinando a proposta socialista, Weber afirmava tanto a inevitável burocratização do socialismo quanto a capacidade dessa burocratização de integrar e despolitizar o projeto socialista. O economicismo e a ditadura estalinista contribuíram enormemente para que tal afirmação ganhasse foros de verdade.³⁰ Mais ainda: ele afirmava que não era necessário reprimir os socialistas nos países capitalistas. Eles seriam engolfados e aprisionados pela institucionalidade burguesa.

O socialismo real ficou, lenta, gradual e irrestritamente, refém do economicismo e vítima do voluntarismo politicista. A experiência russa não foi capaz de vencer a crise internacional dos anos 70 e 80 e se tornou-se impotente para sair da armadilha, da servidão, em que voluntariamente se colocou. Preso à uma teoria da planificação, negadora da subjetividade e da práxis das classes subalternas, sequer pôde permanecer "socialista". O economicismo triunfou ainda uma vez: os teóricos russos passaram a afirmar a existência da ciência como força produtiva essencial, vale dizer, substituta, teórica e praticamente, das classes e das suas lutas. Incapazes de fazer a democracia emancipadora, não tem outra saída senão a de... uma nova "revolução" científico-tecnológica despolitizada e despolitizante.³¹ A aceitação da neutralidade da técnica e a banalização/esterilização da teoria marxista, permitiu-lhes a integração passiva, quando não abertamente ativa, à ordem capitalista. Passam, então, a usar os mesmos remédios do capitalismo.

O resultado não foi a solução da crise, mas, pelo contrário, sua ampliação. Ela foi, sem dúvida alguma, a "derrocada de um padrão societário que identificou sumariamente socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia do Estado e partido fusionados, que intentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos"³². Engels disse, de forma rústica, que a prova do pudim é comê-lo. A prova da "nova" revolução, a científico-tecnológica, foi feita nos limites

histórico-concretos da realidade russa. E não se alegue o atraso da ciência russa.

Os problemas políticos se agravaram, os econômicos não foram resolvidos. Às antigas deficiências político-econômicas se acrescentaram novas exigências cada vez mais particularistas e mercantilizadas. Explodiu-se a estrutura do sistema russo. As formas mercantis acabaram por liquidar as possibilidades de estruturação democrática. Os velhos mandarins, a *nomenclatura*, transformaram-se nos novos capitalistas.

A situação econômica dos países do Leste Europeu mostra, com tudo o que isso significa, que a produção diminuiu perigosamente e o desemprego é imenso. Apenas como exemplo, do início de 1990 a março de 1992, nos países da Europa Oriental, o número de desempregados saltou de 100 mil para 4 milhões, metade dos quais no setor industrial. *80% desses desempregados foram produzidos pela privatização das estatais. Os outros 20% são devidos à impossibilidade de o tal mercado absorver essa força de trabalho.*

No plano político, vemos a tradução dessa racionalidade capitalista. Na Rússia, Yeltsin assumiu abertamente poderes ditatoriais ao bombardear e anular o Parlamento, ao desfibrar a Corte Constitucional, ao aplicar a censura à imprensa e passar para a ilegalidade todos os grupos que se opõem ao seu projeto. A gravidade da situação russa e sua defesa obstinada pelas grandes potências capitalistas foi, e é, de um enorme valor educativo. Essas potências vêem em Yeltsin o portador não apenas da modernidade, da implementação da racionalidade capitalista com todo o cortejo de destruições que lhe é típico. Mas, também, o que é mais grave e revelador, da democracia controlada desde o Kremlin. Mais recentemente a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) vem se esfacelando e, apenas à custa da intervenção militar, contra os que desejam ampliar o seu espaço de autonomia, se consegue manter uma aparência de unidade.

O que menos importa para as potências capitalistas é como vive a maioria da população. A miséria cresce rapidamente: nas repúblicas da CEI, só em 1991, a produção líquida caiu 15% e o PNB caiu cerca de 17%. Mais do que a ação dos remanescentes comunistas e dos ultra-nacionalistas,

este quadro permite entender a intervenção ditatorial de Yeltsin. Refém dos militares e dos países capitalistas hegemônicos, Yeltsin só consegue exercer o domínio (vide o momento exemplar da luta contra a Tchetchênia) pela subordinação ampla, geral e irrestrita ao neoliberalismo.

Os problemas sociais se multiplicaram. A fome, a miséria, as drogas, a criminalidade, a máfia e, por último, mas não menos importante, a brutalidade fascistóide se impuseram. O fascínio das novas tecnologias progressivamente deu lugar ao pânico: a destruição de todo um conjunto das classes subalternas. O antigo "Estado de todo o povo", como Krutchev gostava de falar, revelou-se, após quatro décadas desta afirmação, um capitalismo altamente excludente. Como que o velho Tzar "desperta" do seu sonho hibernar para continuar a suprimir direitos e nacionalidades. O velho Tzar é, hoje, o "novo" capitalismo.³³

Antes mesmo de que a crise se tornasse visível tentou-se a famosa solução euro-comunista. "Democratas" de ocasião procederam muitas vezes à eliminação do nome Comunista dos seus partidos, negaram formalmente a famosa "ditadura do proletariado" sem com isso alterarem no fundamental, suas práticas burocráticas. E ficaram, mais e mais, prisioneiros dos liberais, dos capitalistas.

Vitória do Capitalismo?

O capitalismo aparece hoje como o grande vitorioso, hegemônico e coveiro do socialismo. A história do século XX registrou um conflito entre duas formas de racionalidade classistas. A nova situação criada com a desagregação desses regimes nega, temporariamente, à humanidade uma alternativa: a da racionalidade socialista. *A vitória do capitalismo é uma aparência necessária: ela se constitui em um poderoso elemento político ao permitir eludir o caráter de classe das opções econômico-políticas. Hoje os capitalistas tentam passar a imagem segundo a qual modernidade-avanço científico-avanço político (dito democrático) são um mesmo e único processo. São uma realidade contra a qual, dizem, não se pode*

lutar: o capitalismo é a história natural da humanidade.

Agora, contudo, quando o capitalismo aparece solitário na cena, sem adversário explícito, de fundo, de peso, podemos examinar bem de perto o caráter de sua "vitória". Onde o capitalismo venceu? Onde ele implementou a plena liberdade? Responder essas questões é descobrir o velho segredo de Polichinelo: a imensa maioria dos países capitalistas vive em condições muito aquém das promessas do "paraíso do mercado". E pior, muito pior, que antes. A maioria deles permanece em posição de subalternidade econômica e política, sem ter poder para decidir o seu próprio destino. Não conseguem resolver as condições de saúde e de educação, sequer as necessidades alimentares mínimas. Mesmo em países como os Estados Unidos, encontramos inúmeras regiões de ampla miséria.

A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu o compromisso do *Welfare State*.³⁴ Este *Welfare State* foi a forma assumida pelo Estado capitalista, em alguns países, para, através de políticas sociais compensatórias, buscar a "fidelidade das massas", legitimando assim a ordem burguesa. Agora com a crise dos anos setenta e oitenta o capitalismo busca livrar-se das grandes conquistas sociais que fora obrigado a conceder em face da alternativa socialista. Na busca de soluções para a crise, caracterizada de forma multifacetada pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo, diante do desmonte objetivo das experiências ditas "socialistas", reciclou-se muito mais rapidamente. Liberados de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania, ainda que a proclamem automaticamente, *ad nauseam*, os capitalistas recriaram a sua institucionalidade. Para tal, levaram a extremos a idéia de liberdade do mercado.

Sindicatos, partidos e movimentos sociais são agora considerados não apenas intoleráveis, irracionais e obstáculos ao puro desenvolvimento das novas formas econômicas. Trata-se do chamado "Estado Mínimo", ou seja, do "Mercado máximo". O Estado que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo é apontado como o responsável de todas as crises. As mediações que o Estado fizera, normalmente a

serviço do capitalismo, são apresentadas, abstrata e mitificadamente, como tendências estatizantes que cerceiam a liberdade dos indivíduos.

A base da atual euforia capitalista é, ainda uma vez, a repressão, seja salarial, seja política, sobre o mundo do trabalho. O neoliberalismo aparentemente resolveu a situação em vários países e regiões. O programa de ajuste financeiro do FMI - e sua política monetarista - reduziu a quase nada os países subalternos. O preço foi brutal: desindustrialização, recessão, desemprego. O Chile e a Argentina são bons exemplos. Em muitos países, as reformas neoliberais permitiram reduzir as astronômicas taxas de inflação para a ordem dos 100% anuais, esses mesmos processos de ajuste levaram milhões de pessoas à miséria.

Na América Latina, como nos países do Leste Europeu, a super-exploração do trabalho e a super-opressão política são irmãs siamesas, necessárias para a realização da acumulação capitalista. Tudo isso sobredeterminado pela chamada modernidade, pela implementação da racionalidade do mercado. Mesmo os países líderes do capitalismo enfrentam crises. Os Estados Unidos e a Inglaterra, entre outros, tiveram suas condições de vida seriamente debilitadas. *Nos Estados Unidos, contudo, a crise não é enfrentada com as mesmas receitas. Lá se fortalece o Estado, amplia-se a sua intervenção.* A jornada em tempo parcial, nos países da Comunidade Econômica Européia, cresceu apenas 2,4% entre 1983 e 1988 e a jornada plena atinge 28%, nos mesmos países.

Em 1989 o desemprego foi de 2,2% no Japão, país que tradicionalmente não enfrentava problemas desse tipo; nos USA foi de 5,3%, na Itália 7,8% e na França (9,7%)³⁵. Para o ano de 1994 os índices são, respectivamente, 2,9%, 6,4%, 11,4% e 12,6%. Para os países da OCDE, foi de 8,2% em média e o Reino Unido registou uma taxa de 9,5% e a Alemanha, 9,7%. Segundo Gorz³⁶, a produção francesa cresceu, nos anos 80, em média 30%; já no que se refere a quantidade de trabalho esta baixou 12%.

É essa a vitória do capitalismo? É esse o projeto que a humanidade precisa e deseja? Não, claro que não. O aparentemente diferencial dessa vitória é, assim, atribuído tanto à natureza do capitalismo, considerado como meta-histórica, como *natural*,

quanto ao peso da chamada revolução científico-tecnológica. Essa "revolução" e essa naturalidade do capitalismo são resumidos pelo mito constitutivo da modernidade. O discurso neoliberal é elemento constituidor dessa racionalidade. Ele está incorporado no conjunto das relações sociais das quais é o suporte e o garantidor. Incorporado também nas tecnologias (*as máquinas são elas mesmas e as relações sociais que as tornam possíveis*). O domínio ideológico, exercido, universal e irrestritamente, pela mídia e pelos programas governamentais, torna invisível para o conjunto da população a situação de exclusão radical a que ela está submetida.

Falamos em aparência necessária. E assim o é. Aparência por ser o plano da primeira percepção do real, não se confundindo com a própria estrutura destes. É necessária porque é graças ao conjunto desses discursos e práticas (no campo do trabalho, da escola, da família, etc) que se pode aceitar o inaceitável: a violência como sendo democracia, o sofrimento individual como sendo destino.

As saídas capitalistas para a crise

Todo esse quadro levou e tem levado a que os movimentos partidário, sindical e popular de esquerda, acabem por considerar, despolitizadamente, que fora do capitalismo não há solução, perdendo assim, e isso é decisivo, suas referências classistas³⁷; condenando-se a vagar nas procelas do mar aberto, sem norte, sob o horizonte neoliberal. Mais do que a perda das referências, criou-se o vazio das experiências. Gramsci, já nos anos trinta, alertava para o problema da criação do domínio larvar da burocracia quando não se constrói a democracia dos trabalhadores e a identidade das classes trabalhadoras. O resultado é, tendencialmente, a ditadura; nunca a democracia. No mesmo sentido, se pronunciaram, entre outros, Trotsky e Karl Korsch.

Esses movimentos sofreram um profundo abalo. Na medida em que muitas das suas direções foram, muitas vezes, esquemáticas e sectárias no período anterior, torna-se, agora, mais facilmente presa da ideologia da modernidade. A autocrítica dos sectários

é sempre negar com toda a ênfase possível aquilo que até ontem defenderam... enfaticamente! A crítica aos processos não se fundamenta a não ser na aceitação, o mais acriticamente possível, do "novo" discurso do capitalismo. Ideologia que nada mais é do que a atualização histórica do velho liberalismo. Mas em uma circunstância totalmente diferenciada: tudo se passa como se o capitalismo não tivesse mais que enfrentar antagonismo algum. Busca-se, como buscaram os novos capitalistas russos, uma solução que negue radicalmente o passado. Flexibilizam-se posturas, ideologias, projetos. O dramático da situação é que, no horizonte capitalista atual, isso não garante emprego, sobrevivência, dignidade. *As ilusões são a grande mercadoria.*

No Brasil, por exemplo, votou-se em alguém que, em nome de uma estabilidade econômica, nos obriga a comprar projetos de desconstrução do espaço público, de sucateamento do social. Insisto: em troca de uma estabilidade fictícia, se abre mão de todos aqueles instrumentos que poderiam ser úteis na luta pela reconstrução do social, do público. Fictícia porque estabilidade particular, estabilidade para o Capital.

É bom lembrar sempre que os benefícios sob a ordem do privado não podem ser socializados. É verdade que as classes subalternas percebem que os preços têm uma certa estabilidade, mas constataam, lenta e dolorosamente, que não há trabalho, educação, saúde, seguridade e aposentadoria para todos. O mercado parece reinar sozinho, ancorado no maior monopólio de comunicação social jamais visto.³⁸ Controlando as informações, detendo o comando sobre os instrumentos estatais, é fácil passar a idéia, *não se sabe durante quanto tempo*, de que tudo vai bem no melhor dos mundos. Em complemento a isto, a justiça reescreve a Constituição ao "interpretá-la".

Estão dadas todas as condições da liberdade "do" mercado. *Trata-se, sem dúvida alguma, de um processo acelerado, contínuo e crescente de integração passiva à ordem. Aliás essa integração é uma forte possibilidade, sempre presente.* Pensando sobre essas questões e vendo a capacidade de o projeto capitalista apresentar-se como horizonte político e social da humanidade, percebemos com clareza que a vitória do capitalismo só é possível às

custas da exclusão das maiorias no interior de cada sociedade e do conjunto das sociedades como um todo.

No que se refere às saídas capitalistas para a crise, elas foram inteiramente capitaneadas pela prática e pelo discurso neoliberal. Sem nenhum compromisso que não seja o da acumulação - metaforicamente chamado de "determinação objetiva do mercado" - o neoliberalismo se apresentou propondo uma redefinição radical das formas de gestão e de produção. Entendendo a crise - leia-se: as restrições impostas pelos trabalhadores e anteriormente aceitas, ainda que com limites, durante o compromisso fordista - como produto de um "engessamento" das possibilidades de realização do capital, o neoliberalismo propôs uma solução à Alexandre Magno: ou seja, *cortou o nó górdio com o gládio da violência classista.* O neoliberalismo aparece como uma reedição, ampliada e aperfeiçoada, ainda mais perversa, do americanismo.

Produziu-se uma reterritorialização do trabalho. Após tentar desconstruir os espaços fabris clássicos, produtores da socialização operária ampliada, o neoliberalismo busca "reinventar" as formas tipo trabalho doméstico, qualidade artesanal, etc. Trata-se, em suma, de produzir o operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao Capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão.

O trabalho não é mais apenas estranho e antagônico ao próprio trabalhador, que é forçado a não se ver mais como força produtiva. O trabalhador é, agora, simplesmente um entre outros instrumentos de produção, peça da engrenagem, *clean, soft, "autônomo"*, que as novas formas de gestão e de produção estão buscando impor. Autônomo, repetimos, para o Capital.

Para que tudo isso se realize, é, no entanto, necessário dar outro passo: refundar a própria cidadania capitalista. Realiza-se uma revolução passiva, no sentido gramsciano. Se no início do capitalismo, a cidadania se pretendia expansiva,

agora ela é *necessariamente* restritiva. Cortam-se, destroem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produzem-se mutações no processo partidário e, acima de tudo, trata-se de desideologizar, de despolitizar a luta. Tudo se passa como se ideologias, etnias, nacionalidades, culturas, nada mais fossem do que peças de museu ou filme de Spielberg, como se fôssemos todos dinossauros, *habitantes do Jurassic Park*.

Pode o capitalismo agir de outro modo? Pode manter suas concepções de cidadania e o ideal olímpico de *indivíduo omniconscente, atualização do ideal renascentista*? Não, seguramente não. Para que o capitalismo possa, hoje, continuar sua carreira ascensional precisa negar a plenitude das formas democráticas, tem de passivizá-las. A "liberdade" econômica (o domínio total do mercado) leva à ampliação do desemprego, da recessão, da fome. A liberdade política, sem restrições extra-legais (mídia, ação dos tribunais), permitiria a organicidade dos subalternos. É necessário impedi-lo.

A cidadania é, aqui e agora, em todo o planeta, o fetiche decisivo. Desprovido de ideologias e de antagonismo o cidadão é, na prática, pouco mais que um depositador de voto nas urnas. Esse é o projeto neoliberal. Isso é extremamente claro no Brasil e na América Latina onde a democracia tem sido afirmada nos discursos dominantes, mas negada na prática cotidiana. Esse fetiche é fundamental para o ocultamento da dominação. Sem ele, a violência estaria escancarada. Basta um exemplo: ao mesmo tempo em que FHC anistia senadores e deputados, no momento em que estes congressistas aumentam seus próprios salários em cerca de 150%, que se concedem 15 salários anuais, vemos ser afirmado, sem maior escândalo, que a passagem do salário mínimo de 75 para 100 reais pode rebentar a previdência pública, pode promover uma "explosão de consumo" (*sic*) e, portanto, deve ser vetada. Repito: sem maior escândalo e sem grande resistência à vista. E quando alguém se opõe a alguma idéia, FHC repete: "há um fato novo! um governo eleito por 34 milhões de votos". Esse fetiche eleitoral apaga "democraticamente" qualquer diferença, como se uma simples eleição apagasse diferenças e projetos. Exatamente como dizia Collor.

Com a diferença que FHC é sociólogo e sabe do que se trata.

Os movimentos sociais acabam, muitas vezes, por impotência e incapacidade de escreverem/reescreverem seus projetos e identidades, tornando-se partidários acriticamente de uma democracia. De uma democracia que, se antes os incluía relativamente, hoje revela a quase nula possibilidade de acesso, real, efetivo, ao mundo da política e do bem estar social quando não abertamente à pura sobrevivência. É preciso deixar constante, com toda serenidade e energia, o papel dos intelectuais (assessores ou não!) desses movimentos. Cabe a eles um papel importante de formação político-ideológica, com e não sobre as classes subalternas, para evitar a... aceitação do "inevitável". Sem ignorar que, graças aos problemas desses movimentos, os assessores acabam por, muitíssimas vezes, "dar a linha" ao ponto de, na prática, serem a direção não eleita, não escolhida, desses movimentos.

O fetiche - somos todos homens livres, racionais, conscientes - oculta a realidade efetiva. Tendemos a ser, na realidade, pouco mais que figurantes na luta de classes, e damos legitimidade a Parlamentos que, pouco a pouco, deixam de ser personagens reais porque a maioria dos Executivos tende a governar por decreto, por medidas provisórias, obstaculizando ao máximo a intervenção da cidadania. Mesmo que seja através de um Parlamento fragilizado. Lutamos para buscar construir alternativas de poder e de projeto para o conjunto da sociedade. Mas o fetiche é brutal e passa pelo controle monopólico dos meios de comunicação de massa.

Qual o significado dessas afirmações e como ficam as questões política e sindical? A tese neoliberal, hoje dominante, tem como pressuposto fundamental a perpetuidade do capitalismo. Para os neoliberais, o papel da gestão empresarial, com seu tradicional cortejo de arbitrariedades, estaria superado. Volta, assim, à baila a "organização científica" do trabalho. Essas modificações propostas não aliviam o trabalho. Mais do que nunca teremos a ampliação das taxas de opressão e de exploração. Nesse processo de recriação da institucionalidade é preciso eliminar a idéia da totalidade. É preciso afirmar o fragmento, o cotidiano, o mínimo. Sob a

acusação de totalitarismo, o discurso da totalidade é estigmatizado. O pós-modernismo, a nova história, passam a "ser" discursos científicos, desideologizados, por excelência. O neoliberalismo encontra seu discurso, sua forma teórica solidária.³⁹

O discurso do Banco Mundial transforma os opositores ao projeto neoliberal, em adversários do progresso e da modernidade, ou seja, em irracionais. A intelectualidade, em grande medida, assume o discurso do fragmento, do detalhe, como única forma científica correta. A categoria marxista de análise da totalidade é transformada em algo totalitário. Todo e qualquer processo macro parece ser destituído de significado. O micro, identificado com o atual, com a verdade, torna-se elemento de denúncia da politização e da ideologização, ambas, necessária e solidariamente, irracionais. Esta é a aparência que se passa para as classes subalternas. Muitos dos intelectuais dessas classes acabaram por aceitá-la e isso é decisivo. O mesmo, contudo, não se dá na prática e na teorização dos dominantes. Mais do que nunca, lição velha de século e meio⁴⁰, o capitalismo é globalizante.

No plano do social, ao se dar ênfase à revolução tecnológica, tudo se passa como se não existissem privilégios de classe. O trabalhador, a partir desta nova visão, e de suas práticas, não é mais antagônico ao Capital, mas seu parceiro. A ideologia da criatividade permitirá acelerar sua integração ao capitalismo. Uma parcela de antigos operários, de confiança do empresariado, tem-se transformado nos novos patrões: os chamados operários proudhonianos ou operários patrão. O sindicato passaria de necessário a inútil e irracional. O conflito visto como inerente à sociedade, tal como foi aceito por Adam Smith e Max Weber, é agora considerado um não problema. Da legitimidade do conflito se passa à afirmação da sua desnecessidade.

De algum modo, os neoliberais relêem os primeiros liberais. Hobbes e Locke, especialmente este último, partem do suposto da igualdade natural à desigualdade social, passando pelo conflito e pelo contrato (pacto) social. Nas palavras de Locke a diferença está na realização ou não da lei do trabalho. A liberdade, produto do trabalho, identificando propriedade e direito, expressa essa lei social do mercado. Contrariamente a isso o

neoliberalismo passa do conflito regulado (considerado normal) à supressão do conflito: o mercado iguala todos os indivíduos. E a vitória do mercado implica claramente na demonstração da racionalidade e da liberdade. Da "liberdade" do mercado à "liberdade" do mercado, passando pela "supressão dos antagonistas". A cidadania efetiva e real volta a ser domínio de poucos e o conflito, maldito.

Como complemento dessa trajetória, tenta-se redefinir as condições gerais do trabalho. O objetivo é a chamada desregulamentação: a redução ao mínimo da legislação de proteção ao trabalho, abrindo caminho ao pleno domínio do mercado. É esse discurso que se generaliza, é essa prática que se aprofunda. O sentido da Revisão Constitucional que se pretende realizar no Brasil é o mesmo nos demais países capitalistas: tragédia e farsa.

A miséria, a destruição dos serviços públicos, a perda da cidadania, enfim a legitimação da opressão é vista como uma decorrência do mercado. A violência não escandaliza mais: está inteiramente banalizada. É pena... mas é assim mesmo. O neoliberalismo revela-se, então, no pior dos sentidos, um *darwinismo social*. O mercado é aquele onde os mais adaptados, os racionais, triunfam. Os outros? Ora, os outros...

Entregue a si mesmo, o neoliberalismo aprofundará a miséria e o *apartheid* social não declarado. Cabe ao movimento social organizado trabalhar em uma perspectiva de reafirmação dos direitos sociais. Mais do que nunca, a construção do Projeto Democrático-Popular permitirá articular nossa agenda social. A Educação, a Saúde, a Seguridade Social, a Ciência e a Tecnologia, entre tantas outras coisas, não podem ser submetidas ao "livre" jogo do Mercado. Mesmo no chamado primeiro mundo, não é isto que ocorre. O neoliberalismo quer transformar nossa sociedade em sucata, em produto descartável.

Terminemos por onde começamos. É necessário, vital mesmo, criar as condições de ruptura com a subordinação das classes subalternas. Construir ativamente sua identidade é condição mínima da existência. Romper com a fragmentação, com a segmentação que as formas mercantis, políticas e econômicas impõem é vital. Subtrair-se a isso

- como prática individualizada, transformadora desse coletivo. Não cabe, porém, nos limites deste artigo trabalhar essa questão. Lembremos, contudo, a afirmação gramsciana de que todo homem é um "bloco histórico", síntese de múltiplas determinações.
- (11) *Socialismo e Cultura, Il Grido del Popolo*, 29-1-1916, in *Cronache Torinese* (1913-1917), Einaudi Editore, 1980.
- (12) *op. cit.*, p. 101.
- (13) Convencionar é usado explicitamente para caracterizar o caráter de construção prático/conceitual. A cidadania é, portanto - como já salientava Maquiavel - um pacto, uma construção histórico-política, que expressa a racionalidade das classes dominantes concretizadas estrutural e conjunturalmente nas correlações de força.
- (14) Lembrando sempre que a totalidade social não se divide arbitrariamente em infra e superestrutura. Essa é uma divisão puramente metodológica. O imbricamento entre essas "esferas" não é determinado, contudo, nem aleatória nem mecanicamente.
- (15) O que é atualizado na relação neoliberalismo/pós-modernismo.
- (16) Sobre a questão da aparência ver "*L'apparenza del capitalismo nell'analisi di Marx*" *Quaderni di Sociologia*, Vol. XV, 1966, traduzido por José Aricó, *La 'aparencia' del capitalismo en el análisis de Marx*, in *Estudios Sobre el Capital I*, Ediciones Signos, Buenos Aires, 1970 em uma perspectiva que se aproxima da abordagem lukácsiana. Ver também a minha *Democracia Operária*, Edunicamp, Campinas, 1987, em uma perspectiva gramsciana. Neste último caso trata-se de uma análise ainda muito inicial.
- (17) Marx descreve a cena, tal como vista pela economia vulgar: "*A órbita da circulação ou da troca de mercadorias*, dentro de cujas fronteiras se desenvolve a compra e venda da força de trabalho era, na realidade, o verdadeiro *paraíso dos direitos do homem*. (...) *A liberdade*, pois o comprador e vendedor de uma mercadoria, p. ex., da *força de trabalho* não obedecem a outra lei que a da sua *livre vontade*. Contratam como *homens livres* e iguais perante a lei. O *contrato* é o resultado final no qual suas vontades ganham uma expressão jurídica *comum*. *A igualdade*, pois compradores e vendedores só contratam *como possuidores de mercadorias*, trocando equivalente por equivalente. *A propriedade*, pois cada um dispõe e pode apenas dispor do que é seu. (...) A única força que os une e põe em contato é a força do seu *egoísmo*, do seu proveito pessoal, de seu *interesse privado*. Precisamente *por isso*, porque cada um cuida apenas de si e ninguém vela pelos outros, graças a uma *harmonia pré-estabelecida das coisas* ou sob os auspícios de uma providência omniastuta, a realizar a obra do seu proveito mútuo, de sua conveniência coletiva, de seu interesse social." (*O Capital*, Livro 1, Cap. IV, pp. 128-9).
- (18) "Como trabalhadores que cooperam para um resultado, como membros de um organismo trabalhador, não são mais do que uma modalidade especial de existência do capital para o qual trabalham. Por conseguinte, a força produtiva desenvolvida pelo trabalhador como *trabalhador social*, é a *força produtiva do capital*. Essa *força produtiva social* do trabalho se desenvolve gratuitamente tão logo os trabalhadores se vêm submetidos à determinadas condições, a que o capital os submete. E como a *força produtiva social do trabalho* não custa nada ao capital, já que, além disso, o trabalhador não a desenvolve *antes* que seu trabalho pertença ao capitalista, essa força parece, como que, uma força produtiva inerente *por natureza* ao capital, a força produtiva inata a este." (*O Capital*, Cap. XI, p.269)
- (19) Relembremos aqui a afirmação de Marx segundo a qual "Toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem." (*O Capital*)
- (20) Gramsci, desde os textos da década de 10, afirmou sempre que o Estado é a forma que potencializa e garante a expansão máxima da classe dominante/dirigente.
- (21) Faz-se necessário desenvolver e trabalhar o conceito de *modo de vida* que atualiza e dá historicidade aos conceitos de modo de produção e de formação econômico-social. O conceito de modo de vida está em estado prático nas análises de Gramsci e Trotsky sobre a constituição seja do americanismo, seja da nascente sociedade

- soviética.
- (22) Sabemos que ela tem sido pensada de diversas formas, como p. ex.: Socialismo, Capitalismo de Estado, Coletivismo Burocrático, Estado Operário Corrompido, Estado Operário Burocratizado, etc. Claro que necessitamos avançar, e muito, na análise do que ocorreu posteriormente. Essa dificuldade objetiva de caracterização indica a imaturidade revolucionária de uma classe trabalhadora criada sob o signo da militarização do trabalho e submetida pela vulgata economicista do estalinismo. Não cabe, porém, nos limites deste artigo aprofundar essa análise.
- (23) Aqui a identificação entre socialização e estatização atuou no sentido de reforço do Estado e de perda de autonomia dos trabalhadores. Constituiu-se em elemento decisivo da reconstrução burocrática, da sua glorificação, ao mesmo tempo que deslocava os trabalhadores do centro de decisões. O enquadramento estatal dos soviets foi decisivo neste processo.
- (24) Sobre essa presença do economicismo e seus efeitos políticos ver os *Quaderni del Carcere* de Gramsci.
- (25) Jean Chesnaux, "*Le mode de production asiatique. Quelques perspectives de recherches*", in *Le mode de production asiatique*, Éditions Sociales, Paris, 1967, relata como se deu esse debate: "Mas o fracasso da revolução chinesa de 1925-1927, combinado com os efeitos da ruptura entre Stalin e a oposição, produz um severo golpe aos pesquisadores e às suas pesquisas (...) os defensores do modo de produção asiático foram aí (Leningrado, fevereiro de 1931, efd) assimilados aos trotskistas (...) Com esta discussão, logo seguida do desaparecimento, pura e simplesmente, de alguns partidários do modo de produção asiático, as pesquisas marxistas sobre estes temas entraram em uma nova fase", op. cit., pp. 19-20. Logo se consolidou a famosa teoria evolucionista das 5 etapas, sacralizada por Stalin. Ver o seu famoso *Breve História do Partido Comunista (Bolchevlque)*.
- (26) Ver, entre outros, **Caio Prado Jr.**, *A Revolução Brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- (27) **José Paulo Netto**, *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*, São Paulo, Cortez, p. 68.
- (28) Obviamente não estamos trabalhando aqui com a idéia estalinista da social-democracia como social-fascismo. Concepção essa que colocou, na Alemanha, face a face os minoritários comunistas contra os majoritários social democratas. E que favoreceu o avanço do nazismo. Corresponhia, contudo, ao fortalecimento do terreno da tática classe X classe (dos anos 30).
- (29) Estes ainda majoritariamente a acreditavam soviética, embora o estalinismo já tivesse sepultado essa experiência desde duas décadas atrás.
- (30) Não se trata nem de "culto à personalidade" nem de diabolização da política. Estalinismo é, aqui, um nome coletivo e refere-se, sempre e necessariamente, à ditadura da burocracia.
- (31) Sobre isso ver a já citada obra de Magalini. Em especial a primeira parte da introdução.
- (32) Netto, op. cit., p. 67.
- (33) Em uma das últimas cenas de *L'Aveu* vemos algo muito revelador. O filme se refere, como sabemos, aos julgamentos estalinistas na Tchecoslováquia. Durante a ocupação daquele país pelas tropas russas para por fim à *Primavera de Praga* vemos populares picharem os muros. Uma dessas pichações é sintomática: *Acorda Lenin! Eles enlouqueceram!*
- (34) "a crise do *Welfare State* forneceu-lhe (ao neoliberalismo efd) o combustível para colocar em xeque as funções estatais como indutoras do crescimento e promotora do bem-estar". Netto, op. cit., p. 77.
- (35) Cf. Bernard Cassen, *Stratégies pour l'Emploi*, Le Monde Diplomatique, março de 1993, Paris. Sobre toda a questão do desemprego ver José Antonio Vaz Semedo, *Elementos da Crise Contemporânea do Sindicalismo Europeu. O Exemplo francês*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNICAMP. 1995.
- (36) André Gorz, *Bâtir la civilisation du temps libéré*, Le Monde Diplomatique, março de 1993, Paris, citado por Semedo, op. cit.
- (37) A imagem mais plástica desta quebra de referências foi a queda do Muro de Berlim. Símbolo da guerra fria o Muro era a prova empírica da incapacidade da construção do

socialismo como projeto civilizatório.

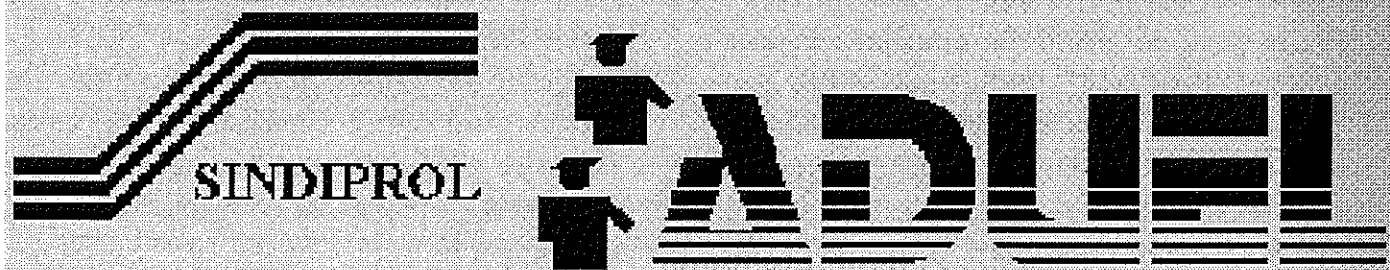
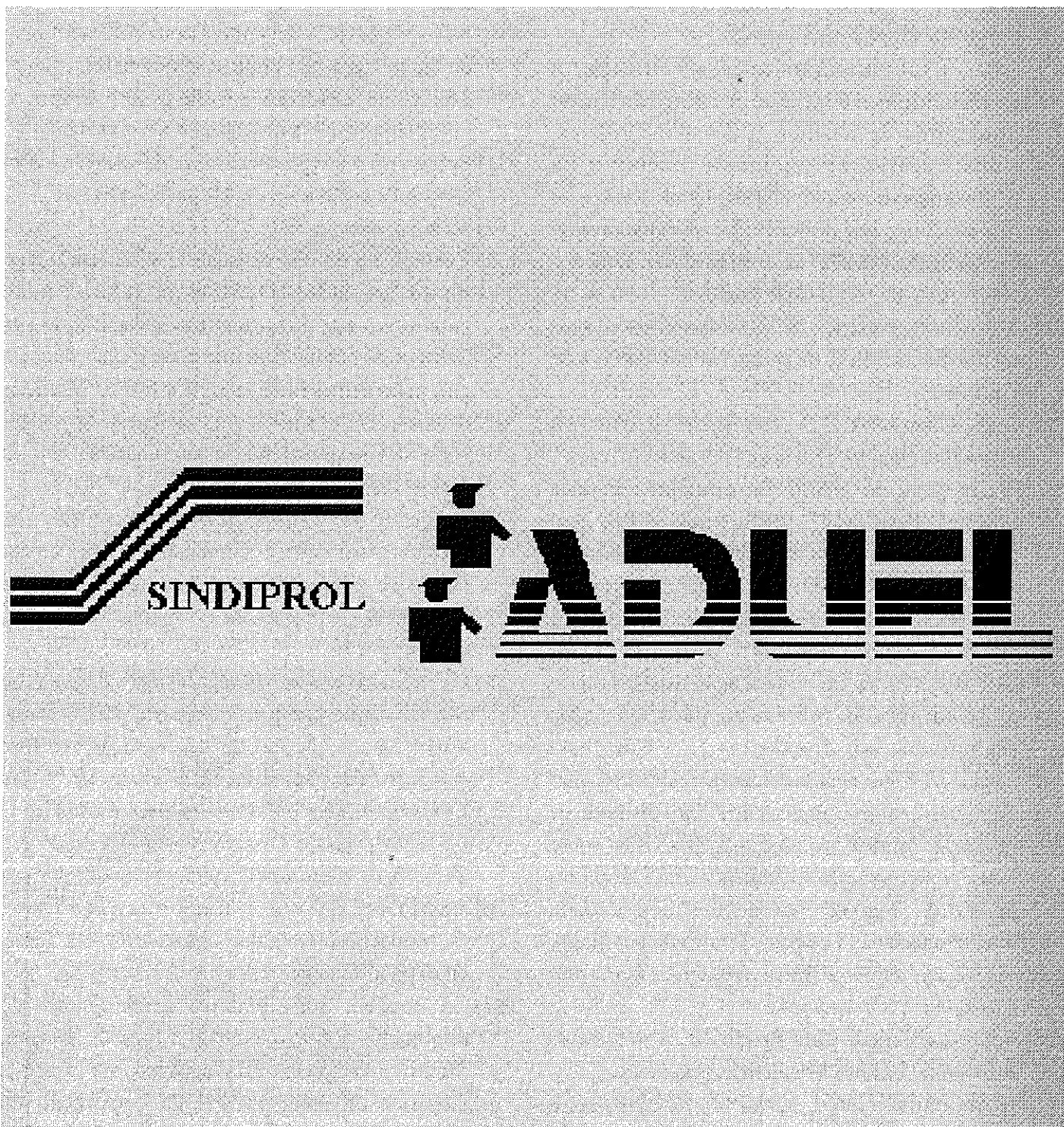
(38) O "efeito Ricúpero" não foi um ato tresloucado, nem localizado. A novidade foi apenas a inesperada divulgação.

(39) Não estamos afirmando, é óbvio, que todo pensamento pós-moderno seja, pura e simplesmente, produto do neoliberalismo. Essa relação merece um aprofundamento que lógica e infelizmente escapam aos limites deste artigo.

(40) Esse processo já está anunciado na *Ideologia*

Alemã (1845), de Marx.

(41) Esta é a melhor formulação prática do que temos chamado a integração passiva à ordem.



OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO DISCURSO DAS ESQUERDAS

*Pedro Roberto Ferreira**

Foi-se a época em que a Direita se apropriava dos conceitos, das palavras de ordem, da Esquerda. Exemplos significativos podem ser apontados no transcurso das lutas sociais deste século, em que as forças da Direita para enfraquecerem as da Esquerda, no âmbito dos movimentos sociais, lançavam mão de certos conceitos não sem antes retirar-lhes os significados efetivos, que contrariavam os seus interesses econômicos político-sociais.

É o caso da Direita alemã diante da Esquerda do KAPD⁽¹⁾ com a utilização do conceito de "Conselho Operário"⁽²⁾, ou da Direita brasileira em março de 1964 com o conceito de "Revolução"⁽³⁾.

Alterações recentes no sistema capitalista de produção, a derrocada do intitulado "Socialismo Real", um certo refluxo dos movimentos sociais, parecem ter prostrado as Esquerdas marxistas ou não, posto ser verificável no momento atual uma certa incapacidade para responder às investidas neoliberais extremamente danosas ao mundo do Trabalho. E, se isso não bastasse, à incapacidade de resposta soma-se o embaralhamento de conteúdo de alguns conceitos do seu próprio arcabouço teórico.

Por ocasião da crise e destruição final do "socialismo real", uma parcela da Esquerda (marxista) internacional interpretou esse fato como se ele encontrasse todas as suas razões numa unidimensionalidade causal. A perversidade da planificação industrial que teimou em ignorar as necessidades mais prementes da população consumidora produziu efeitos na sociedade estratificada pela burocracia bolchevista, perfeitamente combináveis com a ausência de um "socialismo democrático"⁽⁴⁾.

O que pareceu sem aporia e sem certa desfragmentação, porque reduziu toda a complexidade do processo histórico-social da

União-Soviética numa síntese difícil de ser atacada devido à força da sua significação, acabou por introduzir no debate mais problemas do que encaminhamentos seguros para a sua solução.

Como se, de roldão, a utilização do termo "socialismo democrático" servisse para sepultar uma longa discussão entre socialismo e capitalismo enquanto pressuposto básico à auto-realização do ser social. Assim, pode-se aceitar o emprego do conceito "socialismo democrático", mais como um pleonasma cuja repetição do segundo termo reforce o primeiro nesse momento de resistência das Esquerdas. Do contrário, a simples menção "socialismo democrático" estará corroborando o "socialismo real" em uma forma histórica específica de socialismo.

Esta crítica, que, nas últimas décadas, trouxe para o interior das Esquerdas o "socialismo democrático", também centrou seus argumentos na recusa da primazia da produção-social em detrimento do consumo, repondo a importância do Mercado e dando-lhe uma certa autonomia no espaço das demais instituições. Daí a sinonimização de "socialismo democrático" em Mercado Social ou Mercado Socializado. Não será exagero afirmar que essa Esquerda (marxista) estaria mais próxima de John Stuart Mill do que da de Marx, ao pensar o mercado suficientemente capaz de realizar uma distribuição de bens independentemente da forma da produção. Ou seja, uma dada representação da "produção" permitirá que se pense uma distribuição social de bens e produtos em um campo em que esta arbitrariedade é percebida, caso seja concebida a representação efetuada⁽⁵⁾.

"Socialismo Democrático", Mercado Social, ou ainda, Mercado Socializado, são inflexões de algumas formulações teóricas que não se deram

conta do transporte de significados realizado para o âmbito do pensamento das Esquerdas. O Mercado precedido de "Socialismo Democrático" reitera muito mais o "democrático" do que o socialismo, posto que o socialismo permanecerá recôndito na memória, enquanto "socialismo real". E, o democrático parecerá sustentado pela existência do Mercado; o lugar das manifestações sociais mais plenas e regenerativas da população que perdeu sua identidade.

Ora, não foi o Liberalismo (neo) que sustentou, ainda que contraditoriamente, o Mercado Livre como uma crença, como uma instituição pilar do desenvolvimento pleno da sociedade moderna? Não foi o Liberalismo, ainda que distorcendo os efeitos dos processos históricos, que sustentou a noção, segundo ele, única, de Democracia (Liberal)?

Ao se decretar o "fim da história", o Neoliberalismo, mais uma vez, pretendeu sepultar o sujeito-coletivo das práticas que tecem o social na contemporaneidade. A sua substituição pelo indivíduo multifacetado se resume na observância dos estímulos deste no âmbito do mercado, e a Liberdade na manifestação desses estímulos. A liberdade de consumo sintetiza politicamente, desta maneira, um universo econômico que não se pode revelar totalmente.

As Esquerdas, consciente ou inconscientemente seduzidas pelo Mercado, não se aperceberam dos riscos desse amor de alcova, posto representar a negação de um sujeito enquanto filho legítimo. A perda do sujeito-coletivo significa para elas a perda da própria razão, já que o "público que desaparece" não lhes pode ser algo externo. Assim, a escolha do indivíduo como ator privilegiado numa sociedade identificada pelo mercado, acentua e aprofunda uma crise nas Esquerdas, sem precedentes.

Hoje em dia falar na queda da taxa de militância política é um truísmo, e como a militância está para a organização política - o truísmo permanece ao se falar na perda de importância do partido político.

Para se compreender melhor esse processo, como já se salientou, tornou-se necessário apanhá-lo numa dimensão mais ampla, que passa pela crise do Capitalismo - provocada não pelo seu esgotamento, mas devido a uma certa "vitalidade" - e a derrota de um sistema político - ou seja, a crise da

União-Soviética e do Leste Europeu.

Se se leva em conta aquilo que muitos historiadores têm afirmado, a saber; o fim do século XX, tem-se que em um curto espaço de tempo - de 1914 até o presente momento, o sistema capitalista teria atravessado toda sorte de crises (estruturais, financeiras, etc.) que o modificaram acentuadamente.

As relações do Estado com as classes sociais, as alterações no interior das próprias classes, alterações, é verdade, que sempre estiveram presentes, agora todavia acentuadas pelas crises, refletiram diretamente na correlação de forças. Os movimentos sociais daí resultantes, incorporaram, portanto, classes sociais redefinidas pela velocidade do Capital, assim como novos segmentos sociais gerados nesse mesmo processo.

A clássica segmentação do operariado-urbano/rural; ganhou novas, agora, no âmbito de cada um destes dois polos.

Evidentemente, se numa situação horizontal essas transformações ampliaram e diversificaram os interesses do proletariado, na vertical, a unidade que se criou foi mais acentuada e poderosa. Onde ele mais se concentrou, mais decisivo se tornou para a reprodução do Capital.

Na esteira desse processo, como já foi dito, os novos segmentos sociais também irão se aglutinar mais na junção unitária das partes, do que devido a quaisquer metamorfoses impostas por novas práticas. Daí porque, apesar da sua importância para os movimentos sociais, não constituirão novas forças sociais.

Essas transformações do capitalismo que se deslocam entre duas Grandes Guerras, Grande Depressão, os "Trinta Anos Gloriosos", a crise de 74, chegam aos nossos dias no carro capenga do Neo-Liberalismo trazendo uma novidade um tanto quanto desconcertante, segundo muitos analistas de esquerda ou não, que é a redução da classe operária.

Mas a pergunta que se coloca é: será que alguma vez ou em algum lugar no passado, o operário (clássico) foi maioria no conjunto dos trabalhadores-assalariado? Independentemente da dificuldade de resposta, vale a pena destacar uma outra saliência, pois, maioria ou não, foi ele que sempre possibilitou um norte, uma direção, para a

prática política de esquerda, não podendo ser descartado, porque ainda permanece, enquanto fundamento para a compreensão das alterações do capitalismo atual. E a sua substituição pelo consumidor acarretará uma estagnação crônica à reflexão das esquerdas, pois a falta, a carência de relações entre os movimentos sociais e as organizações partidárias compromissadas com um futuro impermeável à exclusão social.

O consumidor não pode ser o depositário natural de uma prática política que se reitera, ainda que sob condições alteradas. Sua volatilidade pertinente às relações entre pares forja uma "despolitização" que perdura mesmo nos períodos eleitorais. Uma cruel "despolitização", porque capaz de o prover momentaneamente de uma postura raivosa que falsamente se confunde com a Política, mas que, a rigor, não ultrapassa uma moral sem Ética.

Para tomar o consumidor como o novo sujeito, as Esquerdas regridem a esse campo cujas regras e determinações são estranhas ao universo insatisfeito pelas reposições, posto ser o lugar de criação do realmente novo. Como o consumidor aparece para as Esquerdas em forma de eleitor, metamorfoseia-se em mercadoria que se repõe a cada período eleitoral, nas discontinuidades de suas práticas. E, na refluência deste processo, as organizações políticas dessas Esquerdas podem se transformar em agências de consumidores, desde que suas expressões políticas passem a conversar e a agir com os seus eleitores, de consumidores para consumidores.

Na atualidade, para um discurso mais crítico, torna-se preocupante a utilização do Marketing-Político pela maioria das Esquerdas. Que o seu manejo seja usual pela Direita e seus partidos tradicionais, e que "grandes discussões políticas" sejam realizadas nas agências de publicidade, é compreensível, até porque, são estes os portadores naturais da linguagem, do atacado e do varejo; mas pensá-la na língua e nos gestos das Esquerdas é

assumir a tese de que cabem a elas o entendimento da necessidade de vida longa para essas instituições da sociedade burguesa.

* Prof. Dr. do Departamento de Ciências Sociais, UEL.

NOTAS

- (1) Kommunistische Arbeiter Partei Deutschlands (Partido Operário Comunista da Alemanha).
- (2) "A ideologia burguesa, na Alemanha da época, recuperou sem perigo a palavra de ordem de formação de conselhos e todos se puseram a formar conselhos, a partir de uma indiscriminada base de reagrupamento social. Era a moda": in Denis Authier **A Esquerda Alemã (1918-1921)** ed. Afrontamento, Póvoa de Varzim, dezembro de 1975, pg.22.
- (3) "Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de abril de 1964 se enfeitou do nome de "revolução". É que seus promotores sabiam, como sabem da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira": pag. 21, Caio Prado Jr. - **A Revolução Brasileira** - ed. Brasiliense, São Paulo, 1966.
- (4) Ver Robin Blackburn "O Socialismo Após o Colapso", in: Robin Blackburn (org.) - **DEPOIS DA QUEDA** - ed. Paz e Terra, São Paulo/Rio de Janeiro, 1993.
- (5) ver Marx, K. "b (Produção e Distribuição)" in: Introdução (à Crítica da Economia Política) - "Introdução de 57" Marx, Os Pensadores - Abril Cultural, São Paulo, 1974.

NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE EFETIVAMENTE DEMOCRÁTICA.

*Ricardo de Jesus Silveira**

Inicialmente quero agradecer o convite para participar dessa mesa; espero que o que venha dizer contribua para esse debate. O que vou fazer são algumas considerações baseadas em reflexões de caráter ainda muito preliminar, e que, portanto, carecem de amadurecimento.

As palestras que tivemos nesta semana nos deixaram um gosto amargo: uma idéia de que a sociedade, com o fenômeno da globalização, tende a aprofundar a exclusão social e política da grande maioria da população. As observações que vou fazer não têm a pretensão de negar o quadro que nos foi apresentado pelos palestrantes, o que pretendo é pensar um pouco a experiência dos movimentos sociais nas sociedade brasileira dos últimos anos, especialmente o que os movimentos nos têm mostrado como resistência a toda sorte de opressão e, nessa medida, apresentar novos traços da realidade política brasileira que nos deixem menos pessimistas quanto ao presente e ao futuro.

Os movimentos sociais dos últimos 20 anos nos mostraram (e têm mostrado) três coisas muito importantes: em primeiro lugar, uma vitalidade da sociedade civil extraordinária, (falo dos setores populares que compõem essa sociedade), que, a par de toda repressão do regime autoritário, que restringia os canais de participação social e política, logrou mobilizar-se e organizar-se pela base, demandando direitos sociais, de organização e participação política. Um exemplo importante disso foi a constituição da representação operária através da CUT, fundada em 1983, contra a ordem legal instituída. Esse é sem dúvida um fato extraordinário, que junto com outros exemplos, serviu para demonstrar a capacidade de organização dos trabalhadores, contrariando uma representação que

se fez muito nas ciências sociais, até os anos 60, e que dava os setores populares como incapazes de se auto-organizar e de se fazerem representar a não ser pela iniciativa do Estado (PAOLI, 1987).

Em segundo lugar, uma outra questão, não menos relevante, é que as organizações populares, através de seus movimentos, (e podemos pensar nos movimentos sociais de um modo geral: os chamados movimentos sociais urbanos, movimentos de mulheres - feministas ou não-, movimentos dos negros, dos índios, operários, dos sem-terra, etc.) lograram organizar-se e lutar de forma muitas vezes articulada, e diria também, de forma não corporativista, em momentos importantes da história recente, como a luta pelas eleições diretas em 1984, na Constituinte de 1988, com conquistas importantes, nas eleições presidenciais de 1989, no "impeachment" do presidente Collor, tendo como identidade comum a noção de direitos de cidadania. Esse processo é muito importante, porque a partir dele foram colocados em discussão temas de vital importância para a constituição de uma sociedade democrática, como: a necessidade de diminuir as distâncias entre as classes - desnaturalizando a pobreza, - e a necessidade de se abrir o espaço político-institucional para a participação da sociedade civil como forma de legitimar as ações e decisões do Estado. E o dado relevante é que tais questões foram colocadas pela sociedade civil.

Em terceiro lugar, - a meu ver uma questão que vale a pena ser muito bem pensada, porque realmente se coloca como o novo nessa história -, é o fato de que a linguagem dos direitos, de certa forma generalizada nos movimentos sociais (embora não generalizada na sociedade brasileira como um todo), está fazendo aparecer uma nova "cultura política" -

uma nova forma de pensar e fazer política. E o que isso significa? Significa, entre outras coisas, que a política ganhou o espaço social; em outras palavras, significa que as questões sociais são questões políticas e não questões de polícia. Por outro lado, significa também que os critérios de julgamento do Estado não têm por base o que o Estado é capaz de dar - se o Estado é bom ou o governante é virtuoso -, mas o sentido da ação do Estado, - não quem governa, mas como governa; portanto, se há respeito com a coisa pública, respeito à cidadania, ao direito de pessoas, grupos e classes se constituírem como sujeitos de direitos.

Ora, eu acho que isso não é pouco, sobretudo se pensarmos que em nenhum momento da história do Brasil republicano, - da nossa história moderna -, a equivalência jurídica, para a população como um todo, foi levada a sério, quer dizer, respeitada. Nos primeiros 40 anos do Brasil República as relações capital-trabalho se pautaram pelo que Azis Simão, em Sindicato e Estado, chamou de a "ordem privada do trabalho", no qual grassava toda sorte de arbitrariedade. Nos anos 30, a legislação trabalhista de Getúlio encampou as reivindicações que nasceram da experiência das lutas operárias de anos anteriores, disciplinando de cima as relações trabalhistas e impedindo a organização política dos trabalhadores através do controle dos sindicatos. Experiência que se estendeu até os anos 70, e que Wanderley G. dos Santos chamou de "cidadania regulada". Portanto, a noção de cidadania que chegou até nós, nos anos 70/80, é uma idéia de direitos como doação do Estado, que mais serviu como instrumento de dominação e tutela das elites dominantes, alimentando as práticas clientelistas da política brasileira, do que como conquista de lutas e ações coletivas.

Assim, apesar do fantasma real da globalização, o qual, de modo algum deve ser tomado como inevitável, parece-me que a possibilidade, sempre presente, da instituição de espaços públicos democráticos na sociedade brasileira, que venha contrapor ao privatismo da globalização, coloca-se nos dias de hoje com uma atualidade extraordinária.

Reforça essa perspectiva a crise moral que perpassa a sociedade brasileira de hoje, evidenciada pela violência das ruas, dado o agravamento da já

precárias condições de vida que, potenciada pelo desemprego, vai provocando uma insegurança no presente e incerteza no futuro e instaurando um clima de perplexidade que se generaliza no descrédito das instituições estatais com a condenação de métodos patrimonialistas e prebendelistas como regra de conduta pública. Ao mesmo tempo, assim me parece, vai-se conferindo à noção de cidadania um valor simbólico extraordinário como base para a reconstrução de valores éticos que venham balizar as relações sociais de maneira ampla. Penso que não tem sido outra a referência em torno da qual se vai construindo um senso comum como medida de julgamento das ações sociais.

É nessa perspectiva que as reivindicações dos diversos movimentos sociais inspiradas na noção de direitos têm logrado impor-se ao espaço público de forma autônoma. Mais do que um valor simbólico, de preservação do indivíduo a qualquer tipo de opressão e, sobretudo do Estado que lhe nega o reconhecimento por não preencher requisitos de uma ordem legal determinada pelo mercado, a idéia de direito se constitui numa estratégia de ação, na qual os indivíduos a partir da ação coletiva se transformam em sujeitos autônomos. E digo autônomos, porque se apropriam de uma idéia de direito fundada no pressuposto de que todos são iguais perante a lei (o Estado), e a recriam, não como um conceito que limita a ação, mas que a possibilita. (cf. Lefort, 1987)

Estes sinais que estou procurando compreender na realidade política brasileira não são, como é evidente, livres de contradições. Basta pensarmos na tradição autoritária que permeiam nossas relações sociais, e isso, em qualquer nível da estrutura social. Entretanto, parece-me que a dificuldade prática em tornar substantiva a idéia de democracia na sociedade brasileira está na capacidade dos movimentos sociais aprofundarem suas práticas, fazendo valer seus direitos, pela ação e pelo discurso, como ações e discursos que negam o instituído, nos termos em que nos ensina Hannah Arendt (1993), fazendo-se representar ou se auto-representando através de mecanismos públicos ampliados. Refiro-me a mecanismos que não se restrinjam à representação partidária através do sufrágio, mas de mecanismos que compatibilizem

formas de participação direta, tanto quanto possível, de forma a contemplar a efetiva participação política dos cidadãos, conforme proposição de Maria Vitória Benevides, em *Cidadania Ativa*.

Creio que essa possibilidade se apresenta muito mais plausível nas estruturas político-administrativas locais - nos municípios -, onde através da criação dos conselhos municipais setoriais: de saúde, educação, transportes, planejamento, etc., verifica-se a ampliação da participação popular nas gestões municipais (e essa experiência estamos tendo em Londrina). São formas de participação ainda frágeis, incipientes, marcadas por vícios e intransigências, mas que certamente, vão criando uma memória, uma cultura, que se diferencia de formas alienadas de participação, como por exemplo as formas clientelistas.

Para finalizar, gostaria de dizer que a liberdade da ação e do discurso como atividade partilhada coletivamente é a condição fundamental da constituição de um espaço público efetivamente democrático. E parece-me que os movimentos sociais dos últimos anos deram passos significativos nesse sentido.

* Prof. Departamento de Ciências Sociais, UEL.

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- BENEVIDES, Maria Vitória de M.. **A cidadania ativa**. São Paulo, Ática, 1991.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros". in: LEITE LOPES, José S. (org.) **Cultura & identidade operária**. Marco Zero, 1987.
- "Trabalhadores e cidadania, experiência do mundo público na história do Brasil moderno" *Rev. Estudos Avançados, USP, Vol. 3, nº 7, Set/Dez/89.*
- SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. Dominus, 1966.

NEOLIBERALISMO, MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL E ORGANIZAÇÃO SINDICAL: DILEMAS DE FIM DE SÉCULO

Ronaldo Baltar *

O século XX tem reservado diversos dilemas para os sonhos de justiça social e para a esperança na equidade da distribuição das riquezas produzidas pela engenhosidade humana. Os sonhos acalentados durante o século XIX, desde Marx a Comte, continham um ingrediente comum: a fé no progresso. Isto é, estes sonhos acreditavam em um aumento progressivo da capacidade do trabalho humano, cristalizado cada vez mais em maquinários, o que possibilitava almejar um incremento constante na produção de bens materiais e culturais necessários à satisfação dos desejos humanos. Dado este acúmulo progressivo na capacidade de produzir, ou seja, no desenvolvimento "inevitável" e constante das *forças produtivas*, restava a tarefa eminentemente política de reorganizar a forma como a humanidade se apropriaria do volumoso excedente produzido a cada ano.

Na passagem de sonho a experiência histórica, no século XX, as tensões sociais colocaram dilemas para as diferentes propostas de reorganização social fundamentadas na distribuição social da riqueza, em especial para os socialismos de diversos matizes, às sociais-democracias e até aos democratas indefinidos. Entretanto, dentro do amplo rol de dilemas vividos e discutidos ao longo do século XX, tais como a possibilidade concomitante de socialismo e democracia, respeito às garantias individuais em um sistema coletivo de produção, representação de minorias em regimes de um só partido, preservação da natureza e necessidade crescente de exploração de recursos naturais, entre tantos outros, uma questão tem assumido uma importância crescente nestes últimos anos do século: como conciliar o aumento progressivo na capacidade

de produzir com a necessidade de incorporação constante de novos trabalhadores no circuito da produção.

O dilema do final de século XX resume-se no fato de que quanto mais o progresso sonhado no século XIX se concretiza, isto é, quanto mais a capacidade de trabalho cristalizada em máquinas aumenta, menos trabalhadores são necessários à produção, portanto, mais distante fica a concretização do sonho de equidade na apropriação do excedente produzido. Ao contrário, torna-se crescente o número de pessoas excluídas do circuito de produção e consumo, o que conseqüentemente agrava as tensões sociais e fragiliza a capacidade de organização dos trabalhadores. Neste ritmo, pode-se imaginar que o trabalho, antes uma indesejada servidão, será no século XXI privilégio de poucos.

De acordo com Marx, influenciado pelo conjunto do pensamento social europeu do século XIX, a distribuição justa é conseqüência histórica do aumento da produção. Assim, o socialismo seria o coroamento da maximização da produção através do pleno desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, uma vez superada a contradição entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, o socialismo seria a forma de apropriação justa do excedente, dividido eqüitativamente na sociedade segundo um equilíbrio entre a capacidade de trabalho e a necessidade de consumo individual. Desta maneira, enquanto forma de organização da produção, o socialismo teria que ser necessariamente fruto da riqueza coletiva, alcançada através do uso maximizado da capacidade técnica na produção. Como forma de organização política, o socialismo pôde ser construído em sociedades sem capacidade

tecnológica para a produção em massa, como nos países africanos, centro-americanos, asiáticos e no Leste Europeu à exceção da Alemanha, antecipando a forma política socialista em relação à estrutura socialista de produção. No entanto, a fórmula política do socialismo real em vigor entre as décadas de 20 e 80, caracterizada pela gerência estatal da produção, poder político centralizado em um só partido e rigoroso controle sobre as ações individuais, não induziu naqueles países o florescimento de uma estrutura produtiva tecnologicamente desenvolvida voltada para a aquisição em massa de bens de consumo, segundo as necessidades individuais.

Na década de 90, o auge da implantação industrial dos processos de trabalho automatizados no mundo capitalista coincide com a desestabilização e desmantelamento da organização política do socialismo real no Leste Europeu, na América e na África. Esta concomitância de fenômenos reforça o dilema: o socialismo, quando implantado em países sem estrutura produtiva tecnificada, invertendo a fórmula marxiana sobre o desenvolvimento máximo das forças produtivas como etapa prévia à estruturação do mundo político auto-regulado pela consciência de classe, foi incapaz de promover por si mesmo a alavancagem tecnológica responsável pela produção em abundância de bens materiais para a sociedade. Assim, no socialismo real, ao invés da distribuição justa do excedente, o que houve de fato foi o racionamento desigual dos escassos recursos produzidos. A maximização das forças produtivas ocorreu exatamente nos países de capitalismo avançado, reforçando um gigantesco processo de acumulação concentrador de riquezas, paulatinamente ampliando o distanciamento entre as classes.

Este dilema traduz-se para o discurso do movimento operário organizado da seguinte forma: o socialismo seria a forma política equânime de distribuir e gerenciar socialmente a riqueza que só o capitalismo é capaz de produzir. Capitalismo entendido aqui como uma forma específica de organização da produção e dos processos de trabalho, fundamentada na propriedade privada dos meios de produção e na conseqüente acumulação

privada dos excedentes. Para haver distribuição, é necessário haver produção abundante. Esta produção abundante, nesta segunda metade do século XX, tem sido alcançada de forma mais eficiente segundo os métodos de controle e gerenciamento capitalistas. Mas a forma de organização da produção capitalista, por sua natureza excludente e alienadora, tem distanciado cada vez mais a justiça social da riqueza material. Dentro deste quadro, qual seria a orientação possível para o discurso político de um movimento operário organizado que almejasse defender o sonho do século XIX de uma sociedade sem "explorados nem exploradores" e, ao mesmo tempo, não se opor ao desenvolvimento das forças produtivas necessário à distribuição eqüitativa de bens segundo as necessidades de cada trabalhador.

No caso brasileiro, esta orientação tem sido uma contestação discursiva a tudo o que se identifique genericamente como neoliberalismo, conjugada a ações políticas pragmáticas de defesa de empregos e reposições salariais. As ações pragmáticas ao nível sindical justificam-se pela necessidade de uma atitude defensiva do movimento operário perante a instabilidade gerada pelo aumento contínuo de desemprego, devido ao avanço tecnológico ao nível do processo de trabalho e da organização gerencial da produção, conjugada à corrosão progressiva dos salários em virtude dos últimos 15 anos de inflação descontrolada a que o país esteve submetido. Já a crítica genérica ao neoliberalismo revela a profundidade em que o dilema de fim de século atingiu a capacidade construtiva da *intelligentsia*.

A crítica ao neoliberalismo supre a falta crônica de um programa estratégico de ações políticas coordenadas como forma de unificar e direcionar a capacidade política de mobilização de sindicatos e partidos de esquerda. O que antes se orientava por uma ação visando a revolução socialista, ainda que construída sobre inúmeras e variantes alternativas, agora se faz por uma crítica ao conservadorismo de propostas neoliberais. O que era um programa de ação, ainda que não necessariamente factível como a tentativa de insurreição de Prestes em 1935 e as lutas armadas de 1968 a 1972, tornou-se apenas denúncia da realidade "voraz" do capital. Não há, na crítica ao neoliberalismo, uma oposição como a que se construiu entre as noções de socialismo e

capitalismo, revolução e exploração. O que há é uma negação generalizada à realidade, que oposta a um futuro incerto, deita-se à espera quimérica de uma utopia que substituirá o socialismo em desencanto.

A atual realidade que se apresenta ao mundo do trabalho em todos os continentes refere-se ao incremento acentuado de tecnologia automatizada nos processos produtivos, à necessidade de contínua qualificação do trabalhador, ao desemprego estrutural e à diminuição de serviços públicos de seguridade social. A realidade do capital aponta para a padronização radical de produtos e processos de produção, para a concentração vertical de grupos privados, para a oligopolização crescente dos mercados, para um incremento na velocidade de circulação e acumulação de capital por mercados cada vez mais globalizados. O neoliberalismo é desta maneira muito menor do que a nova realidade de tensões que se estabeleceram entre capital e trabalho.

Neoliberalismo é uma ideologia tipicamente anti-keynesiana, portanto anti-intervenção estatal na esfera econômica. O diálogo do neoliberalismo é em primeira instância com as experiências sociais democratas da Europa Ocidental. Para o Brasil e a América Latina de maneira geral, o neoliberalismo significa um conjunto de propostas e exigências dos credores para o pagamento das dívidas externas, efetuadas sobretudo através do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em virtude disto, neoliberalismo confundiu-se no discurso crítico com imperialismo. Uma maneira fácil de enxergar o conflito é reduzi-lo a uma dicotomia: no caso nações imperialistas, portanto neoliberais, que se enriqueceriam às custas das nações exploradas do terceiro mundo. Logo, segundo este raciocínio neoliberalismo seria idêntico ao imperialismo. Embora seja uma maneira fácil de descrever a realidade, a dicotomia simplificadora sempre impede a compreensão afinada da dimensão extensa que a realidade política possui. Impede assim, a formulação de políticas que consigam opor-se a uma forma específica de dominação.

Os conceitos de dependência e de imperialismo remetem a um conjunto específico de relações estruturais políticas e econômicas entre nações. Supor o neoliberalismo como "neo-responsável" pela dependência iludiria os simplistas com a fé de

que, se um partido social-democrata ou até mesmo socialista assumisse o governo de uma nação "imperialista", cessaria a dependência? Ou mesmo o contrário, se um governo social-democrata assumisse um país subjugado na hierarquia das nações capitalistas, quebrar-se-ia o ciclo de dependência? Deve-se lembrar que entre as nações credoras que endossaram o programa de ajuste do FMI para a América Latina estava a França do socialista Mitterrand, e que nem o democrata Bill Clinton na presidência dos Estados Unidos, nem o social-democrata pefelista Fernando Henrique Cardoso ou mesmo a social-democracia ética do PT na presidência do Brasil são suficientes para romper o selo de 500 anos de dependência estampados na formação política do país.

Da mesma forma, não são neoliberais as propostas de implantação de modelos de gerenciamento da produção fundamentados em controle de qualidade total, ou em implementações de máquinas de comandos numéricos e outros procedimentos automatizados em linhas de montagem. A tecnificação e a padronização fazem parte de um processo de desenvolvimento das forças produtivas que ocorre em todas as nações capitalistas com maior ou menor intensidade, independente da vocação socialista, social-democrata ou neoliberal da maioria no governo local. A crítica à exploração e o controle do trabalho contidos nas propostas gerenciais pós-fordistas não podem se confundir com a crítica ao conjunto de propostas neoliberais para redução do Estado na regulação da economia.

Os desafios propostos ao movimento de trabalhadores neste fim de século exigem uma acurada distinção entre as proposições que redefinem o papel do Estado em seu relacionamento com a sociedade e aquilo que se constitui no ritmo de desenvolvimento estrutural do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, o neoliberalismo repercute negativamente sobre um conjunto abrangente da população de baixa renda, isto porque prevê uma paulatina desarticulação dos programas públicos prestadores de serviços, assistência e seguridade social, entre os poucos existentes no país, como forma de "ajustar" a máquina administrativa a uma desejada redução da carga tributária sobre "produtores", produtos e serviços. Prevê também a

privatização de empresas e mercados sobre controle do Estado com a dupla finalidade de abrir espaço à dinamização do capital privado ao mesmo tempo que enfraquece a capacidade do poder público em controlar economicamente tarifas e preços. No caso específico da América Latina, a privatização tem também o sentido de arrecadação de fundos para pagamento de dívidas públicas a curto e médio prazo. A privatização possui um efeito desarticulador direto sobre a organização sindical de empresas estatais e de funcionários públicos em geral. Neste sentido, a crítica ao neoliberalismo, em sua real dimensão como proposta política para a gestão do Estado, adquire um significado concreto, agindo como catalisador da mobilização de trabalhadores de categorias como petroleiros, aeroportuários, bancários da rede pública e outros. No caso dos trabalhadores de empresas privadas, como metalúrgicos e demais bancários, que não os dos bancos oficiais, a crítica à proposta neoliberal de privatização da economia não possui efeito direto sobre a capacidade de mobilização política. Em ambos os casos no entanto, as ações políticas sindicais são sempre desencadeadas como reação a medidas que ameacem o nível de emprego ou impliquem em perdas salariais acentuadas. O neoliberalismo, enquanto ideologia política, tampouco tem interferência marcante sobre a organização sindical dos trabalhadores rurais, bem como sobre o movimento organizado dos trabalhadores rurais sem terra, a muito desassistidos por programas sociais oficiais. Indiretamente, a implantação de medidas neoliberais de gestão do Estado representa uma perda para toda população de baixa renda em virtude da redução dos programas governamentais de assistência social. Diretamente, contudo, o neoliberalismo constitui-se em fator de desagregação apenas para os trabalhadores da administração pública.

É de se notar também que, mesmo em países sob a orientação política neoliberal para a gestão dos recursos públicos, como o caso do Brasil, México e Argentina, persiste um movimento crescente de organização de interesses não corporativos, como o caso dos movimentos de bairros, movimentos de consciência negra, conselhos de defesa da mulher,

conselhos de defesa do menor e do adolescente. Soma-se a estes movimentos a proliferação de inúmeras organizações não governamentais que, embora não se estruturam sob a forma de associações de interesses, atuam como grupos de pressão sobre os canais de decisão do Estado, como nos casos de defesa do meio ambiente e dos povos da floresta. Ao lado do fortalecimento do neoliberalismo como ideologia conservadora em boa parte dos países ocidentais, há também um fortalecimento das estruturas básicas de representação de interesses sociais diversos, fundamentais para a consolidação de uma ordem política democrática.

Por outro lado, a organização sindical, tanto de trabalhadores de empresas públicas e privadas como trabalhadores rurais sofrem a instabilidade gerada pela modernização empresarial, entendida como uma soma de medidas gerenciais fundamentadas em controle de qualidade total e inovações tecnológicas aplicadas à automatização da produção, cujo resultado seja a redução de custos, a padronização de processos e produtos e o aumento da escala de produtividade. A instabilidade advém do dilema que equaciona em um mesmo processo: desemprego, tecnificação e aumento da produção.

A simples contraposição ao neoliberalismo e por adjacência às inovações tecnológicas que fomentam atualmente o desenvolvimento das forças produtivas nas sociedades capitalistas, coloca o movimento operário em uma perpétua situação de defesa, acuado continuamente pelo desemprego crescente. O caminho histórico para a reversão do dilema de fim de século, ainda dentro de uma estrutura de produção capitalista, situa-se em um ponto que estará equidistante entre a democracia e a tecnologia aplicada à racionalização dos processos de trabalho. Isto significa que a ação política e discursiva do movimento operário deve se orientar para as formas de democratização da gerência do processo produtivo, reinventando para o século XXI a experiência revolucionária dos conselhos fabris de Turim.

* Prof. do Departamento de Ciências Sociais, UEL

OS DESAFIOS DO MOVIMENTO DOCENTE

*João Batista Martins **

Após todas estas exposições, e para não me tornar repetitivo, eu pensei em colocar algumas questões do ponto de vista dos desafios para a Universidade Brasileira e para o movimento docente, tendo como perspectiva o movimento existente na UEL.

Sem dúvida alguma, como bem colocou o Prof. Edmundo, o programa neoliberal vem sendo implementado com toda sua força e vem ameaçando as nossas antigas bandeiras de luta. Tal situação se revela como uma eterna vigília na nossa prática sindical e política, pois, até hoje, nossas bandeiras ainda não se consolidaram e estão aí para serem implementadas. Quais são estas bandeiras? Defendemos a idéia de uma Universidade Autônoma, de uma Universidade Democrática, de uma Universidade Pública, de uma Universidade Gratuita, de uma Universidade de Qualidade. Estas bandeiras de luta foram e vêm sendo ameaçadas constantemente pelos governos que por aqui passaram e pelo que está aí. Tais administradores, com uma perspectiva liberal - e hoje neo-liberalizante - acenam com suas propostas para o desmonte da Universidade Pública Brasileira.

No entanto, a esse movimento, a esse movimento que consolida o movimento neoliberal, existe um movimento contrário, que com ele estabelece um confronto. Como ficou bastante claro nos depoimentos anteriores, as forças que sustentam o movimento neoliberal e aqueles que pretendem um projeto social mais democrático são muito diferentes. O movimento que vem em direção da defesa da Universidade não tem uma Globo, não tem espaços nos jornais, seus livros não têm vendagem - situação bem diferente é a daqueles autores e ideólogos que defendem a chamada Qualidade Total cuja quantidade de edições de seus livros é de perder de

vista. É claro que tal prestígio é interessante ao empresariado e ao governo FHC que hoje tenta, "finge", nos representar.

No resgate do projeto de Universidade que a ANDES-SN vem defendendo ao longo de sua história, observamos que ele foi pensado não exclusivamente enquanto um projeto para a Universidade, mas também enquanto um projeto de construção de uma sociedade mais justa, mais democrática. A Universidade, por sua vez, na consolidação deste projeto, teria a função de dar conta das necessidades da maioria da população brasileira, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista social, etc. Como bem apontou o Prof. Edmundo, na medida em que a Universidade Brasileira passa a ser atacada e desmantelada pelos governos que por aqui passaram e pelos que estão aí, não só a pesquisa e o ensino são degingolados, mas também todas as suas ramificações e serviços, como é o caso dos hospitais universitários.

Temos observado no decorrer da história do Movimento Docente que o acúmulo de suas reflexões lhe possibilitou uma mudança de posição: deixamos de ser reivindicatório ou mesmo de estar numa posição de resistência, para assumirmos uma postura que tenho denominado de "proposicional". Ou seja, na medida em que nós aprofundamos nossas reflexões em nosso fóruns de debates (sejam eles internos ou externos ao movimento docente) acerca do nosso projeto de uma sociedade mais justa, mais democrática, que atenda as necessidades da maioria da população, nós também passamos a propor e a instituir um novo tipo de sociedade, novas formas de relações de trabalho, novas formas de relações no campo político, etc. É o que podemos vislumbrar com nossa participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública em defesa da LDB.

Nesse processo de consolidação de nossas lutas, o movimento docente tem, no confronto, potencializado contradições junto ao movimento de cunho neoliberal. Obviamente que nós não podemos pensar o Movimento Docente isolado do conjunto de movimentos sociais existentes em nossa sociedade. Na medida em que a ANDES-SN se configura como um sindicato de docentes cuja base abrange o território nacional, ele tem muito a contribuir para o processo de transformação de nossa sociedade; no entanto, ele não pode fazer isso sozinho. Nesse sentido, a unificação de lutas com outros setores do movimento social torna-se imprescindível, o que vislumbra um acúmulo de forças capaz de engendrar a possibilidade de instituímos espaços sociais mais democráticos na busca de solução para os problemas brasileiros.

É com esta perspectiva que compreendemos a consolidação de nossas bandeiras de luta. Quando pensamos, por exemplo, em autonomia, nós não pensamos numa autonomia que nos é dada por força de uma lei qualquer, lei que na semana seguinte pode ser alterada e desregulamentada. Pensamos sim numa autonomia relacionada com nossa potencialidade de nos instituímos uma Universidade Autônoma que se consolida na luta. Esse movimento - de instituídos para instituintes - se consolidará na medida em que criarmos espaços sociais onde possamos discutir as nossas contradições internas, a função social da Universidade, a relação da Universidade com a sociedade, etc. Temos clareza que, no âmbito da Universidade e da sociedade, não existem propostas homogêneas, existem várias contradições que medeiam nossas relações. No entanto, esta heterogeneidade não pode impedir o exercício democrático, o exercício da instituição de espaços sociais de discussão sobre o destino da Universidade e sua importância no processo de democratização da sociedade (a começar pela democratização do conhecimento).

A impressão que temos quando lemos na literatura especializada ou mesmo quando ouvimos os discursos que criticam o neoliberalismo - é a de que a proposta neoliberal nos coloca o seguinte dilema: ou nós entramos na "onda" ou morremos: morremos economicamente, morremos tecnologicamente, etc.

Eu não percebo tal situação com tanta rigidez, pois a medida que acreditamos nas possibilidades humanas, através do seu trabalho, através de suas conquistas sociais, na medida em que acreditamos nas potencialidades humanas de transformação da realidade, vislumbramos que - **no coletivo** - nós vamos buscar e consolidar as soluções para nossos problemas, apesar de todas as contradições inerentes em nosso cotidiano.

No que tange ao Movimento Docente da UEL, observamos que ele está em um refluxo muito grande. Tal refluxo está relacionado com as dificuldades que temos encontrado em superarmos as contradições inerentes ao próprio movimento, e pela forte tendência dos governos estaduais em quebrar o movimento sindical dentro do Estado. Sem dúvida alguma, as bandeiras da luta a que me referi anteriormente, estão longe de serem consolidadas em nosso espaço institucional - elas continuam de pé... No entanto, cabe a nós - enquanto comunidade universitária - assumirmo-nos enquanto sujeitos instituintes de nossa própria história, no sentido de buscarmos as soluções para os problemas de nossa Universidade.

Seria muito desastroso se nós disséssemos: (aqui na frente) - "Bem pessoal, o neoliberalismo está aí, então vamos botar a viola embaixo do braço e cantar em outra freguesia". Eu acho que a realidade política de nosso país nos coloca novos desafios e novas necessidades. No entanto, não podemos pensar que o nosso reitor vai solucionar os nossos problemas - cabe a ele administrar nossa Universidade e a nós reivindicarmos nossos direitos, levantarmos nossas bandeiras. Vale notar, contudo, que nosso reitor tem pautado sua administração no ideário da qualidade total, tem ampliado os cargos com função gratificada (estimulando a criação de uma carreira burocrática), tem jogado na estratificação da comunidade universitária ao pulverizar as discussões de interesse geral, etc., ou seja, ele vem desenvolvendo uma política que não contempla as funções da Universidade que defendemos, que é, efetivamente, a de construir uma Universidade e uma sociedade melhor, mais democrática, mas justa...

Acho que o desafio está colocado, e ele se circunscreve em duas dimensões: de um lado ele se localiza em nosso cotidiano no sentido da

mobilização da comunidade universitária com relação aos problemas que estamos enfrentando de tal modo que possamos, ao criarmos espaços amplos de discussão superarmos nossas contradições, e de outro lado, o desafio está situado no campo macrosocial - além dos muros de nossa Universidade -, onde nós devemos compor com outros trabalhadores, com outros movimentos sociais, para criarmos um movimento que nos permita inaugurar novas possibilidades para a sociedade brasileira.

Quanto às investidas do projeto neoliberal, cabe

a nós **resistirmos coletivamente**, e buscarmos soluções que superem as contradições que vivenciamos, e assumirmos nosso papel histórico e propormos - nos mais variados espaços sociais - alternativas para a consolidação de nossas lutas.

*Prof. do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL e Presidente da APUEL.

MUDANÇAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA ESTRATÉGIAS DO SERCOMTEL NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS.

*Assad Jannani **

Alguém já disse que a única certeza em relação ao futuro é que ele virá. O mesmo pode se afirmar em relação à mudança. A evolução tecnológica é um dos fatores da globalização da economia mundial, levando a uma interdependência entre as nações cuja consequência é a reformulação de modelos econômicos que muitos estão chamando de neoliberalismo. Vai se decretando, assim, o fim da era dos monopólios ou oligopólios e dos mercados fechados. O Brasil, entre as economias mais importantes do planeta, é um dos últimos países a se inserir neste contexto.

Estas tendências motivaram o SERCOMTEL a iniciar um processo de mudanças com objetivo de prepará-lo a atuar num cenário diferente daquele que prevaleceu até hoje, o do monopólio estatal das telecomunicações.

O processo de mudanças no SERCOMTEL iniciou-se com uma reestruturação organizacional que substituiu os quatro níveis hierárquicos e dos 188 cargos de gerentes que antes existiam para um quadro de aproximadamente 1.000 funcionários, por uma estrutura composta de 22 unidades de resultados e quatro diretorias em sistema colegiado. Com isso, mudou-se a forma de atuação como enfoque no trabalho em equipe e na responsabilidade, ao invés de hierarquia e dos chamados feudos de poder. Este programa abriu possibilidade de uma participação maior dos funcionários nos processos, visando aumentar a eficiência e agilidade no atendimento aos clientes.

Ações foram implementadas no sentido de facilitar o acesso aos serviços do SERCOMTEL, cujo maior exemplo é a Bolsa de Telefones,

mudando a cultura em relação ao telefone, de investimento para um serviço, acabando com o mercado paralelo e a especulação que era muito comum no comércio de linhas de telefone. Foi instituído um programa de locação de telefones a um preço bastante popular de R\$ 16,85 ao mês, tornando o telefone acessível a todas as camadas da população. Ao mesmo tempo, o SERCOMTEL passou a fazer grandes investimentos na ampliação de sua rede e no sistema de telefonia móvel celular para fazer frente ao aumento de demanda pelos serviços.

Dois anos depois de iniciadas estas mudanças o resultado é simplesmente fantástico. A receita operacional do ano em curso deverá ser o triplo do que foi em 1992 e até o final do ano Londrina atingirá a soma de 150.000 telefones, dos quais 30.000 serão celulares, conferindo um índice de 35 telefones por 100 habitantes ou 1 telefone para cada 3 habitantes, o maior índice da América Latina e muito próximo dos índices dos países de 1º mundo. Em curso, diversos projetos na área de transmissão de dados, serviços de faixa larga, TV a cabo, telepagamento, telefone virtual e atendimento automático, além de um Centro de Excelência em Telecomunicações, o TELEPORTO de Londrina, além da transformação da própria Autarquia em empresa de economia mista de capital aberto, visando a ampliação dos serviços através de parcerias e joint-ventures com outras empresas do setor.

Todas estas ações estratégicas têm por objetivo fortalecer o SERCOMTEL diante da quebra do monopólio estatal das telecomunicações, quando se

instalará no setor um regime de competição aberto a capital privado nacional e estrangeiro, principalmente nos serviços mais rentáveis como telefonia celular, transmissão de dados e longa distância.

As mudanças que ocorrerão nas telecomunicações com a abertura do mercado representam uma grande ameaça às empresas que não estiverem adequadamente preparadas, mas no

caso do SERCOMTEL, temos certeza, representam uma grande oportunidade. Que venha a concorrência!

* Diretor Presidente do SERCOMTEL